



Universidade de Brasília
Instituto de Psicologia
Departamento de Psicologia Clínica e Cultura
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura

Dissertação de Mestrado

Atendimento familiar no sistema socioeducativo: percepções de profissionais que atuam em liberdade assistida

Luciana Maria Damasceno

Brasília/DF, Agosto de 2020.



Universidade de Brasília
Instituto de Psicologia
Departamento de Psicologia Clínica e Cultura
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura

Atendimento familiar no sistema socioeducativo: percepções de profissionais que atuam em liberdade assistida

Luciana Maria Damasceno

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica e Cultura, da Universidade de Brasília (UnB), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia Clínica e Cultura.

Orientadora: Professora Dra. Silvia Renata Magalhães Lordello

Brasília/DF, Agosto de 2020.

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA CLÍNICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA CLÍNICA E CULTURA**

**Atendimento familiar no sistema socioeducativo: percepções de
profissionais que atuam em liberdade assistida**

Luciana Maria Damasceno

Banca examinadora

Brasília, 26 de agosto de 2020.

Profª Dra. Silvia Renata Magalhães Lordello (Presidente)
PsiCC/PCL/IP/UnB

Profª Dra. Maria Inês Gandolfo Conceição (Membro Titular)
PsiCC/PCL/IP/UnB

Profª Dra. Cynthia Bisinoto Evangelista de Oliveira (Membro Externo)
FUP/UnB

Dra. Olga Maria Pimentel Jacobina (Suplente)
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SEDES

Dedicatória

*Trabalho dedicado à minha família: meu início-meio-fim... aos que me antecederam: toda honra e gratidão!
Dedicado especialmente aos meus pais, Júlio e Leusa, personificação do Amor.*

“O ser humano é capaz de mudar o mundo para melhor, se possível, e de mudar a si mesmo para melhor, se necessário.”

“(...) a vida tem um sentido potencial sob quaisquer circunstâncias, mesmo as mais miseráveis.”

“(...) as coisas vão mal, mas se não fizermos o melhor que pudermos para fazê-las progredir, tudo será pior ainda.”

Viktor E. Frankl

Agradecimentos

Agradeço a Deus, inteligência suprema do Universo, por todos os mistérios que me cercam, a começar pelo mistério da Vida.

Agradeço aos meus amados pais, Júlio e Leusa, por me ensinarem com seu exemplo que a humildade, a fé, o trabalho, o respeito e a honestidade são essenciais na construção de uma vida digna. Mesmo com tão poucos anos de estudo, foram os meus alfabetizadores e, para além dos rabiscos das primeiras letras e palavras, transmitiram-me o conjunto de valores que hoje norteiam as minhas escolhas. Não há amor no mundo capaz de retribuir o amor que sempre recebi! Levo seus ensinamentos aonde quer que eu vá, para não me permitir esquecer jamais das minhas raízes e das minhas origens.

Aos meus queridos irmãos, cunhados e sobrinhos, por constituírem essa teia de afeto que me envolve. Nossas histórias estão entrelaçadas e eu sinto uma enorme gratidão por isso. Meu irmão André, sempre calmo e sereno; minha irmã-madrinha Lúcia, praticamente uma segunda mãe; meu irmão Gesiel, incentivador da minha permanência em Brasília; meu irmão mais novo, Washington, a quem cedi o título de caçula. Em nome de todos os meus sobrinhos, agradeço à minha sobrinha Lívia, praticamente uma irmã, com quem, dada a pouca diferença de idade, tive o prazer de dividir a infância.

Aos meus sogros e cunhados, exemplos de união, carisma e amor. Sou muito feliz por também fazer parte dessa família.

Ao meu esposo, Igor Excalibur, pelo companheirismo, pelo incentivo e pela compreensão de todas as horas. Foram inúmeras as trocas e você esteve sempre com os braços abertos e com os ombros dispostos para me acolher, fossem os momentos de alegria ou de tristeza. Quantas e quantas vezes você acreditou em mim muito mais do que eu mesma! É um prazer imenso partilhar a vida com um homem tão sonhador, inteligente, criativo e amoroso quanto você. Caminhar ao seu lado me traz forças para olhar adiante e confiar: em mim, em

nós e no que de melhor ainda está por vir.

À Iti Malia, nossa filhote de Yorkshire, pedacinho de Deus em nossas vidas, por haver me apresentado a esse amor tão terno, que é o amor pelos animais.

À Danila, amiga desde os tempos em que trabalhamos juntas, como professoras, em uma escola do interior de São Paulo, e a quem sempre admirei. Inspirada em você, penso em dar continuidade aos estudos por meio de um doutorado-sanduíche em Portugal. Obrigada pelas trocas e confidências, somos mesmo muito parecidas.

Agradeço a todos os meus professores, desde os anos iniciais. Eu sempre os tive como minha grande fonte de inspiração! Carrego em mim um pouco de cada um de deles.

À professora Cynthia Bisinoto, coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Desenvolvimento Humano e Socioeducação – GEPDHS, que talvez até sem o saber, reacendeu-me o desejo de cursar o mestrado. Agradeço não só pela maneira atenciosa e humana com que incentivou minha participação nos processos de seleção, mas também pelas palavras de encorajamento em meus momentos de indecisão.

À professora Maria Inês Gandolfo, tanto pela preciosa partilha de conhecimentos durante as aulas de Métodos de Pesquisa em Psicologia Clínica, quanto por gentilmente haver aceito compor a Comissão Examinadora desta dissertação.

À psicóloga e pesquisadora Olga Jacobina, cujas pesquisas na área da socioeducação contribuíram para fomentar as discussões contidas no presente trabalho. Agradeço igualmente por haver aceito participar como membro suplente da Comissão Examinadora deste trabalho.

À querida professora e orientadora Silvia Lordello, por pacientemente haver me guiado nessa trajetória de aluna-pesquisadora, após tantos anos afastada do meio acadêmico. Ao mesmo tempo em que problematizava alguma questão nos meus escritos, respeitosamente deixava-me à vontade para avaliar e decidir. Professora, a sua sensibilidade e amorosidade, somadas à sua competência intelectual e profissional, possibilitaram-me uma experiência

inesquecível na condição de orientanda. Levarei pra vida!

Aos colegas do grupo de orientandos, William, Lara, Tainah, Stephanie e Matheus, pela riqueza das trocas. Aprendi muito com cada um de vocês!

Ao Governo do Distrito Federal, especialmente à Secretaria de Justiça e Cidadania e à Secretaria de Educação, pela possibilidade do afastamento remunerado para estudos e, conseqüentemente, pela possibilidade de dedicação integral ao mestrado.

À Subsecretaria do Sistema Socioeducativo do Distrito Federal, mais especificamente à Coordenação de Semiliberdade e Meio Aberto – COORSEMA e à Diretoria do Meio Aberto - DIMA, por contribuírem amplamente na divulgação da pesquisa e por viabilizarem a participação dos servidores na coleta dos dados empíricos.

À Subsecretaria de Formação Continuada dos Profissionais da Educação – EAPE, pela cessão do espaço para realização do grupo focal.

Aos meus colegas de trabalho, tanto do sistema socioeducativo quanto da Educação de Jovens e Adultos, que permaneceram na labuta diária.

Agradeço especialmente aos profissionais que tão gentilmente se dispuseram a participar desta pesquisa, permitindo a coleta de dados empíricos para análise. Vocês foram fundamentais!

À Universidade de Brasília, na figura de todos os alunos, professores e demais profissionais com os quais tive o prazer de cruzar, pela acolhida e pela oportunidade de estudar em uma universidade pública. Foi, sem dúvida, a realização de um grande sonho!

Finalmente agradeço a todos aqueles que passaram pela minha vida, semeando dúvidas, fortalecendo crenças e despertando o desejo cada vez maior de mergulhar no universo da ciência em busca de respostas: meus ex-alunos e seus pais, dos tempos em que exerci o magistério na rede pública de ensino, no interior de São Paulo; meus alunos da Educação de Jovens e Adultos, já no Distrito Federal, que coincidentemente, em algumas situações, também

eram pais, mães ou conhecidos de adolescentes que eu acompanhava, na condição de socioeducadora; ou ainda que eram, eles próprios, adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa.

Agradeço, sobretudo, aos adolescentes do meio aberto e aos seus familiares, que despertam minhas inquietações, aguçam minha curiosidade, abalam minhas certezas, incessantemente dão mostras do potencial humano de transformação e contribuem, dia após dia, para que eu ressignifique o meu propósito no mundo e solidifique a minha fé na humanidade.

Resumo da Dissertação

Os dispositivos legais preconizam a corresponsabilidade entre família e Estado no processo ressocializador do adolescente que cumpre medida socioeducativa. Por esta razão, o atendimento familiar faz parte do processo de acompanhamento de adolescentes em cumprimento de liberdade assistida. Esta pesquisa teve por objetivo geral investigar as percepções de profissionais que atuam em liberdade assistida no Distrito Federal acerca do atendimento familiar. No primeiro manuscrito, buscou-se fundamentação teórica por meio de uma revisão integrativa da literatura, a fim de investigar o tema das famílias e do atendimento familiar no contexto das medidas em meio aberto, nos artigos publicados entre 2008 e 2018, na literatura científica brasileira. Devido à escassez de estudos que tratassem objetivamente das temáticas propostas, foram selecionados artigos que as abordassem, mesmo que de forma secundária. Após a aplicação dos critérios de exclusão, foram recuperados 16 artigos para análise. As principais temáticas relativas às famílias contempladas nos estudos foram: a influência das famílias na vida dos adolescentes; o atendimento familiar; a percepção das famílias sobre as medidas socioeducativas; a percepção dos adolescentes sobre suas famílias; a percepção dos profissionais sobre a própria prática e sobre as famílias. O segundo manuscrito corresponde à primeira etapa da coleta de dados empíricos e teve como objetivo caracterizar o atendimento familiar no contexto da medida de liberdade assistida no Distrito Federal, com base nas percepções de profissionais que nele atuam. Foi utilizado formulário eletrônico de coleta de respostas e participaram da pesquisa 21 profissionais. Os resultados apontaram como estratégias utilizadas pelos profissionais: atendimento por família, atendimento com grupos de famílias, visitas domiciliares. A partir dos relatos dos profissionais, infere-se que os atendimentos podem contribuir tanto para o êxito da medida em si, quanto para a melhora dos relacionamentos familiares. O terceiro estudo teve como objetivos identificar desafios e

potencialidades do atendimento familiar, na perspectiva de profissionais que executam a medida de liberdade assistida no Distrito Federal, além de articular características desse atendimento aos pressupostos da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano – TBDH. Empregou-se a técnica de grupo focal, com a participação de 06 servidores. Além de aspectos técnico-operativos do atendimento, os resultados apontaram a sensibilidade e a angústia dos profissionais frente às demandas e à carga aflitiva das famílias, além da complexidade que envolve o próprio atendimento e a identidade profissional. A opção pela TBDH como lente teórica configurou-se, sobretudo, um convite para que o atendimento familiar no contexto socioeducativo seja pensado de maneira sistêmica. A partir dos relatos dos profissionais, foi possível inferir que os processos proximais (Bronfenbrenner, 2012) advindos das interações envolvendo os profissionais, os familiares e o próprio adolescente, podem atuar como promotores de desenvolvimento, na medida em que podem provocar mudanças e estabilidades capazes de reverberar tanto na melhora da qualidade das relações quanto nas próprias condições de vida das pessoas envolvidas.

Palavras-chave: liberdade assistida, atendimento familiar, Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano

Thesis Abstract

Legal dispositions prescribe mutual responsibility between families and the State in the process of reformation of a juvenile offender serving a socio-educational sentence. For this reason, family support is part of the process of accompanying adolescents serving supervised freedom. This research aimed to investigate the perceptions of professionals who work with supervised freedom in Distrito Federal about family care. Initially, a theory foundation was sought through an integrative literature review, whose goal was to investigate Brazilian scientific literature's state of the art on the topic of families and family support, within the context of socio-educational sentences in open conditions, in the articles published between 2008 and 2018. Due to the scarcity of studies that deal objectively with the proposed themes, there were selected articles that addressed them, even if in a secondary way. After applying the exclusion criteria, sixteen articles were retrieved for analysis. The main themes regarding families contemplated on the studies were: the influence of families in the offenders' lives, family support service, families' perceptions regarding socio-educational sentences, offenders' perceptions regarding their families, professionals' perceptions regarding the practice itself and the families. The second manuscript corresponds to the first stage of empirical data collection. The goal was to characterize family support within the context of supervised freedom of juvenile offenders in Distrito Federal, based on the perceptions of professionals working in this context. An electronic form to collect answers was used and twenty-one professionals participated in the research. Results pointed out the strategies used by the professionals: support to families, support to groups of families, home visits. Considering the professionals' reports, one infers that the services can collaborate with the success of the measure, as well as with the improvement of relationships along family members. The third study aimed to: (a) Identify challenges and potential of the family support service, from the perspective of professionals

who carry out supervised freedom in Distrito Federal; (b) Articulate characteristics of family support to the assumptions of the Bioecological Theory of Human Development, BTHD. The focus group technique was used, with the participation of 6 civil servants. In addition to technical-operative aspects of support, the results showed the sensitivity and anguish of professionals in the face of the demands and the distressing burden of the families, in addition to the complexity that involves the support itself and the professional identity. The option for BTHD as a theoretical lens was, above all, an invitation for family support within the socio-educational context to be thought of in a systemic way. From the professionals' reports, it was possible to infer that the proximal processes (Bronfenbrenner, 2012) arising from interactions involving professionals, family members and the offenders themselves, can act as promoters of development, insofar as they can cause changes and stabilities capable of reverberating both in improving the quality of relationships and the living conditions of the people involved.

Keywords: supervised freedom, family support, Bioecological Theory of Human Development

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Temáticas abordadas pelos estudos do <i>corpus</i> de análise.....	31
Tabela 2 – Caracterização dos participantes da pesquisa	53
Tabela 3 – Questões constantes no formulário eletrônico	54
Tabela 4 – Caracterização do atendimento familiar pelos profissionais.....	57
Tabela 5 – Caracterização dos participantes da pesquisa	79

Lista de Siglas

CAPS: Centro de Atenção Psicossocial

CEP/IH: Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília

CONANDA: Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

COORSEMA: Coordenação de Semiliberdade e de Meio Aberto

CRAS: Centro de Referência de Assistência Social

CREAS: Centro de Referência Especializado de Assistência Social

DF: Distrito Federal

DIMA: Diretoria do Meio Aberto

ECA: Estatuto da Criança e do Adolescente

GEAMA: Gerência de Atendimento em Meio Aberto

NAI: Núcleo de Atendimento Integrado

SINASE: Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

PDASE: Plano Distrital de Atendimento Socioeducativo do Distrito Federal

PIA: Plano Individual de Atendimento

SUBSIS: Subsecretaria do Sistema Socioeducativo

TBDH: Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano

TCLE: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Sumário

Apresentação.....	19
Manuscrito 1 – Famílias e atendimento familiar no contexto das medidas socioeducativas em meio aberto: revisão integrativa da literatura.....	22
Resumo.....	22
Abstract.....	23
Introdução	24
<i>Os dispositivos legais e a participação das famílias no processo socioeducativo</i>	<i>24</i>
<i>As produções acadêmico-científicas</i>	<i>26</i>
Método	28
Resultados	30
Discussão	36
Considerações finais.....	40
Referências.....	41
Manuscrito 2 – Atendimento familiar no contexto da liberdade assistida no Distrito Federal	48
Resumo.....	48
Abstract.....	49
Introdução	50
Método	52
<i>Contexto da pesquisa</i>	<i>52</i>
<i>Participantes</i>	<i>53</i>
<i>Instrumentos.....</i>	<i>53</i>
<i>Procedimentos.....</i>	<i>54</i>

<i>Análise de dados</i>	55
Resultados e Discussão	55
<i>Concepção de família e seu papel como corresponsável</i>	55
<i>Caracterização do atendimento familiar</i>	57
<i>Contribuições do atendimento familiar</i>	61
Considerações Finais.....	65
Referências.....	66
Manuscrito 3 – Atendimento familiar e liberdade assistida à luz da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano	74
Resumo.....	74
Abstract	75
Introdução	76
<i>Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano</i>	77
Método	79
<i>Participantes</i>	79
<i>Instrumentos</i>	79
<i>Cuidados Éticos</i>	80
<i>Procedimentos</i>	80
<i>Análise de dados</i>	81
Resultados e Discussão	81
<i>Aspectos técnico-operativos do atendimento familiar</i>	81
<i>Demandas das famílias e sensibilidade dos socioeducadores</i>	86
<i>Complexidade do atendimento familiar no contexto socioeducativo em meio aberto e da identidade profissional</i>	92
Considerações Finais.....	97

Referências.....	98
Considerações Finais da Dissertação.....	104
Referências.....	109
Anexo A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	111
Anexo B – Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa.....	112
Anexo C – Questões norteadoras do grupo focal	116

Apresentação

A escolha do tema desta pesquisa está intimamente relacionada à minha experiência profissional. Metade da minha vida tem sido dedicada ao serviço público, atuando na área da educação, da socioeducação ou em ambas as áreas. Inicialmente trabalhei por quase 09 anos como professora, alfabetizando crianças dos anos iniciais do Ensino Fundamental, em escolas públicas do interior de São Paulo. Já residindo no Distrito Federal – DF, entre os anos de 2008 e 2016, trabalhei como pedagoga em unidades de internação, realizando o acompanhamento de adolescentes em situação de privação de liberdade. Em 2016, passei a trabalhar com adolescentes que cumprem medidas socioeducativas em meio aberto e, desde 2013, também atuo na rede pública de ensino do DF, como professora da Educação de Jovens e Adultos.

Em todos esses contextos, sempre chamou-me a atenção, além da relação entre as crianças/os adolescentes e seus pais ou responsável, o atendimento ofertado a essas pessoas. A partir de 2016, quando então passei a trabalhar com adolescentes em cumprimento de medidas de liberdade assistida e/ou prestação de serviço à comunidade, aumentou ainda mais meu interesse pela questão do atendimento familiar.

De acordo com a Resolução nº. 119 (CONANDA, 2006), priorizam-se as medidas socioeducativas em meio aberto em detrimento das restritivas de liberdade, assim como se reconhece a importância do atendimento familiar, com vistas ao fortalecimento dos vínculos. Entretanto, o que se observa na prática, é a falta de ações programáticas e consistentes de atendimento às famílias. Acrescente-se a escassez de publicações científicas na literatura nacional que tratem do assunto.

Na prática, foram inúmeras as ocasiões em que presenciei pais angustiados e adolescentes em sofrimento. A angústia e o sofrimento das pessoas atendidas costumavam tomar formas diversas que iam desde o choro ou a revolta, a manifestações de tristeza,

indignação ou desesperança. Emergiam alguns conflitos, manifestavam-se algumas queixas e tudo parecia ser alvo para intervenção. Eu me questionava, sobretudo, acerca da identidade do atendimento familiar no contexto do meio aberto e acerca das percepções que os profissionais que executam a medida de liberdade assistida possuem sobre esse tipo de atendimento, quando, então, surgiu o desejo de compreender, à luz da Psicologia, os diversos aspectos implicados no atendimento ofertado às famílias, com seus limites e suas potencialidades.

O objetivo geral desse estudo foi investigar as percepções de profissionais que atuam em liberdade assistida no Distrito Federal acerca do atendimento familiar. Para a realização desta pesquisa, houve três etapas de coletas de dados, sendo a primeira delas fundamentalmente teórica. As etapas seguintes constituíram-se de coletas de dados empíricos.

O primeiro manuscrito trata-se de uma revisão integrativa da literatura e teve por objetivo investigar o estado da arte na literatura científica brasileira sobre o tema das famílias e do atendimento familiar, no contexto das medidas socioeducativas em meio aberto, no período de publicação entre 2008 e 2018. Dada a escassez de estudos que tratassem objetivamente das temáticas propostas, foram selecionados artigos que as abordassem, mesmo que de forma secundária.

O segundo manuscrito traz a análise dos dados empíricos obtidos por meio de um formulário eletrônico de coleta de respostas. Responderam ao questionário 21 profissionais que atuam no contexto da medida de liberdade assistida, lotados em 11 das 15 gerências destinadas à execução das medidas em meio aberto no Distrito Federal – DF. O objetivo foi caracterizar o atendimento familiar no contexto da medida de liberdade assistida com base nas percepções de profissionais que nele atuam.

No terceiro manuscrito, foi possível aprofundar a compreensão do atendimento familiar, por meio da realização de um grupo focal com 06 servidores responsáveis pela execução das medidas em meio aberto, no Distrito Federal. Além de identificar desafios e potencialidades do

atendimento familiar, na perspectiva de profissionais que executam a medida de liberdade assistida no Distrito Federal, o estudo buscou articular características dos atendimentos familiares aos pressupostos da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano.

Espera-se que esta pesquisa contribua, de alguma forma, para ampliar a discussão em torno do atendimento ofertado às famílias, mais especificamente sobre o atendimento no contexto das medidas socioeducativas em meio aberto, trazendo visibilidade a essa temática e convocando gestores e profissionais que atuam na área à busca por uma compreensão cada vez mais sistêmica.

Manuscrito 1 – Famílias e Atendimento Familiar no Contexto das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto: Revisão Integrativa da Literatura¹

Resumo: Os dispositivos legais preconizam a corresponsabilidade entre família e Estado no processo ressocializador do adolescente que cumpre medida socioeducativa. O presente artigo se trata de uma revisão integrativa da literatura, cujo objetivo foi investigar o estado da arte na literatura científica brasileira sobre o tema das famílias e do atendimento familiar, no contexto das medidas socioeducativas em meio aberto, no período de publicação entre 2008 e 2018. Após a aplicação dos critérios de exclusão, o *corpus* final de análise foi composto por 16 artigos, revelando a carência de publicações científicas acerca das medidas socioeducativas em meio aberto. As principais temáticas relativas às famílias contempladas nos estudos foram: a influência das famílias na vida dos adolescentes; o atendimento familiar; a percepção das famílias sobre as medidas socioeducativas; a percepção dos adolescentes sobre suas famílias; a percepção dos profissionais sobre a própria prática e sobre as famílias. Estudos futuros foram recomendados com vistas a investigar estratégias capazes de incluir as famílias no processo de ressocialização e de promover o fortalecimento nas famílias de seu potencial protetivo. Acredita-se que o presente estudo possa contribuir ao trazer visibilidade para a questão do atendimento familiar no contexto do meio aberto.

Palavras-chave: medidas socioeducativas, meio aberto, atendimento familiar

¹ Esse manuscrito deu origem ao artigo publicado no periódico *Contextos Clínicos*, v. 13, n. 1, jan./abr. 2020, passando por ajustes das normas solicitadas.

Abstract: Legal dispositions prescribe mutual responsibility between families and the State in the process of reformation of a juvenile offender serving a socio-educational sentence. This article is an integrative literature review, whose goal was to investigate Brazilian scientific literature's state of the art on the topic of families and family support services, within the context of socio-educational sentences in open conditions, in the period of publication between 2008 and 2018. After applying exclusion criteria, the final corpus of analysis was composed of 16 articles, showing the lack of scientific publications on socio-educational sentences in open conditions. The main themes regarding families contemplated on the studies were: the influence of families in the offenders' lives, family support service, families' perceptions regarding socioeducational sentences, offenders' perceptions regarding their families, professionals' perceptions regarding the practice itself and the families. Future studies were recommended aiming to examine strategies able to include families in the process of reformation and aiming to propose strengthening of families regarding their protective potential. One believes this study can contribute to bring visibility to the issue of family service within the context of open conditions.

Keywords: socio-educational measures, open conditions, family support services

As medidas socioeducativas, sejam elas executadas em meio aberto ou em meio privativo de liberdade, são dispositivos jurídicos instituídos na perspectiva dos direitos humanos, base filosófica da Doutrina da Proteção Integral. As medidas são aplicadas aos adolescentes quando há cometimento de ato infracional (Costa et al., 2011) e têm como objetivos: a responsabilização do adolescente quanto às consequências lesivas do ato praticado, a integração social do adolescente e a garantia dos seus direitos, além da desaprovação da conduta infracional (Brasil, 2012).

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, no artigo 112, estabelece que, ao ser confirmada a prática de ato infracional, poderão ser aplicadas ao adolescente as seguintes medidas: advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviço à comunidade, liberdade assistida, inserção em regime de semiliberdade, internação. A legislação prevê ainda que a medida socioeducativa deverá se ajustar à capacidade do adolescente de cumpri-la, assim como às circunstâncias e à gravidade do ato praticado, de tal maneira que a autoridade judicial competente poderá definir aquela que for mais apropriada a cada caso.

De acordo com a Pesquisa Nacional de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social em fevereiro/março de 2018, divulgada no relatório do atual Ministério da Cidadania (2019), havia em 2017 no nosso país 117.207 adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, o que equivale a 82% de todas as medidas socioeducativas aplicadas no Brasil. Os programas que executam as medidas em meio aberto – liberdade assistida e prestação de serviço à comunidade –, além de acompanhar, auxiliar e orientar os adolescentes, devem ofertar atendimento às famílias (CONANDA, 2006).

Os Dispositivos Legais e a Participação das Famílias no Processo Socioeducativo

A Constituição Federal de 1988, no artigo 227, e o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, no artigo 4º, estabelecem a corresponsabilidade entre família, comunidade, sociedade

em geral e poder público, no que tange à garantia dos direitos da criança e do adolescente. Desta forma, compreende-se que as ações socioeducativas, especialmente aquelas executadas em meio aberto, não devam ocorrer de forma isolada, descoladas do contexto maior no qual o adolescente se insere, mas requerem ações integradas dos diferentes atores sociais.

Com o propósito de normatizar as bases do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, apresentando princípios, regras e critérios para a execução das medidas, no ano de 2006 foi aprovada a Resolução nº 119 pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA. No capítulo que trata das diretrizes pedagógicas do atendimento socioeducativo, a *Resolução* destaca a participação da família, da comunidade e das organizações da sociedade civil para a consecução dos objetivos das medidas socioeducativas, possibilitando o fortalecimento do vínculo e a inclusão dos adolescentes nos ambientes familiar e comunitário. “As ações e atividades devem ser programadas a partir da realidade familiar e comunitária dos adolescentes para que em conjunto – programa de atendimento, adolescentes e familiares – possam encontrar respostas e soluções mais aproximadas de suas reais necessidades.” (CONANDA, 2006, p. 49).

Em 2012, foi instituído o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE, com a publicação da Lei nº 12.594 (Brasil, 2012), de modo a complementar o ECA na regulamentação das medidas, definindo procedimentos para sua execução e organização do serviço (MPMG, 2014). De acordo com o SINASE, legislação que “segue a tendência nacional de centralização das políticas públicas na atenção à família” (Medeiros & Paiva, 2015, p. 571), pais ou responsáveis “têm o dever de contribuir com o processo ressocializador do adolescente, sendo esses passíveis de responsabilização administrativa, nos termos do art. 249 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), civil e criminal” (Brasil, 2012, Capítulo IV, Art. 52, Parágrafo único).

Um exemplo prático do envolvimento dos pais ou responsáveis no processo de

ressocialização do adolescente é a participação, junto à equipe de profissionais responsáveis pela execução da medida e ao próprio adolescente, na elaboração do Plano Individual de Atendimento – PIA. Para além de se constituir um “instrumento de previsão, registro e gestão das atividades a serem desenvolvidas” (Brasil, 2012), o PIA deve refletir a singularidade de cada adolescente e, conseqüentemente, de cada família com sua história de vida. Trata-se de um plano, sobretudo, personalizado, que leva em conta “o presente como condição para pensar o futuro” (Teixeira, 2014, p. 109).

O Caderno de Orientações Técnicas: Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (Brasil, 2016) enfatiza que, ao mesmo tempo em que a família é tida como um espaço privilegiado de proteção e cuidado, também pode se caracterizar como um espaço contraditório, marcado por conflitos, desigualdades, violações, levando seus membros a situações de risco e influenciando suas trajetórias. A compreensão de que as famílias podem influenciar tanto positiva quanto negativamente o desenvolvimento dos adolescentes não tem como propósito culpabilizá-las, mas reconhecer suas vulnerabilidades e defender a promoção do acesso às políticas públicas, as quais devem apoiá-las no exercício de sua função protetiva.

No âmbito do Distrito Federal foram também publicados alguns documentos oficiais, no intuito de orientar e regulamentar a implementação das medidas socioeducativas. Como exemplo, é possível citar o Projeto Político Pedagógico das Medidas Socioeducativas no Distrito Federal – Meio Aberto. De acordo com esse Projeto Político Pedagógico, é fundamental que as famílias dos adolescentes, compreendidas enquanto parceiras, possam se envolver no processo socioeducativo (Distrito Federal, 2013).

As Produções Acadêmico-científicas

Para além dos dispositivos legais e dos documentos oficiais, em se tratando de produção acadêmica, foram encontrados na literatura recente alguns estudos que abordam a temática da socioeducação por diferentes ângulos: ora focando os fatores de risco que possam ter

contribuído para que o adolescente se envolvesse na ilicitude (Gallo & Williams, 2009), ora abordando a questão do uso de drogas (Penso & Sudbrack, 2009), ora destacando a relação das famílias com o adolescente em conflito com a lei, porém no contexto de privação de liberdade (Dias et al., 2011).

Estudos indicam que a culpabilização das famílias, sobretudo das famílias pobres, é algo histórico no Brasil, que se perpetua ainda nos dias atuais (Horst & Miotto, 2017; Medeiros & Paiva, 2015; Dias et al., 2011; Nascimento et al., 2008). A culpabilização das famílias por parte dos profissionais que as atendem, muitas vezes decorre de um processo de assimilação de um discurso midiático que envolve a criminalização da pobreza e o apelo à punição (Medeiros & Paiva, 2015).

A participação dos familiares pode ser favorecida pela oferta de um ambiente acolhedor às angústias dos participantes, que se configure enquanto espaço de expressão, apoio, orientação, ressignificação das experiências vividas e de cuidado aos cuidadores, sem que se culpe ou se acuse a família por suas dificuldades (Furtado & Braga, 2011). Desta forma, os familiares podem se sentir menos isolados diante de seus conflitos.

De acordo com Marques et al. (2013, p. 5), “a conquista do direito ao atendimento socioeducativo sob a perspectiva da responsabilização estatutária, em contraposição à ideia de mera retribuição e punição aos adolescentes em conflito com a lei, é ainda recente”. Tal fato requer de todos os atores envolvidos uma reflexão constante sobre a própria prática de modo a ajustar a realidade à previsão legal, contribuindo para que as normativas sejam, de fato, implementadas.

Ainda que de modo geral se reconheça a importância do atendimento familiar no contexto socioeducativo e que haja diversos documentos e normativas oficiais sobre o assunto, carecem-se de estudos acadêmicos na literatura científica nacional que investiguem, por exemplo, práticas de intervenção e experiências exitosas junto a esse público.

Um estudo acerca das famílias com filhos adolescentes cumprindo medidas socioeducativas em meio aberto, assim como a temática do atendimento familiar nesse contexto, faz-se necessário, primeiramente, pelo elevado número de adolescentes que cumprem, em liberdade, medidas socioeducativas no Brasil, conforme apontado pela Pesquisa Nacional de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (Ministério da Cidadania, 2019). Em segundo lugar, por trazer à discussão um assunto legalmente amparado tanto pelas normativas nacionais (Brasil, 1988, 1990, 2012, 2013; CONANDA, 2006) quanto pelas normativas e diretrizes distritais (Distrito Federal, 2013, 2014, 2016), que é o envolvimento das famílias no processo de reinserção social dos adolescentes, mas que ainda carece de produção acadêmica. Em terceiro lugar, por acreditar que pesquisas acadêmicas, se bem conduzidas, possam subsidiar discussões e tomadas de decisão no âmbito das políticas públicas – nesse caso, no âmbito do sistema socioeducativo e das demais políticas públicas com as quais ele se articula.

Com a intenção de construir ampla análise do que a literatura oferece para um entendimento mais profundo do fenômeno, optou-se por uma revisão integrativa da literatura. O objetivo deste estudo foi investigar o estado da arte na literatura científica brasileira sobre o tema das famílias e do atendimento familiar, no contexto das medidas socioeducativas em meio aberto, no período de publicação entre 2008 e 2018.

Método

Trata-se o presente estudo de uma revisão integrativa da literatura nacional (Mendes et al., 2008), cujo processo de elaboração teve início pela escolha da questão norteadora: de que forma é delineada a temática das famílias e do atendimento familiar nas publicações científicas nacionais que tratam das medidas socioeducativas em meio aberto, nos anos compreendidos entre 2008 e 2018? A variedade na composição da amostra utilizada na revisão integrativa, incluindo-se, portanto, dados de natureza teórica e empírica, proporciona um olhar sobre conceitos complexos (Mendes et al., 2008), coerentes com o objeto de estudo.

As etapas seguintes contempladas na revisão integrativa foram: definição do objetivo da pesquisa, escolha das bases de dados, definição dos descritores, delimitação dos critérios de inclusão e exclusão de artigos, escolha do tipo de análise utilizada na interpretação dos resultados obtidos. Dadas as peculiaridades do contexto brasileiro, optou-se pela consulta aos portais OASIS e BVS Brasil, bases consideradas relevantes na diversidade conceitual e metodológica dos estudos que as integram. Adotou-se a seleção de artigos em língua portuguesa como um dos critérios de busca, a qual foi realizada em janeiro de 2019.

Foram utilizados os descritores (a) família, (b) liberdade assistida, (c) meio aberto, (d) medida socioeducativa e (e) adolescente em conflito com a lei com o uso do operador booleano *and* da seguinte forma: “família AND liberdade assistida”, “família AND meio aberto”, “família AND medida socioeducativa”, “família AND adolescente em conflito com a lei”. Uma vez definidas as palavras-chave, foram elencados os seguintes critérios de inclusão: (a) artigo científico teórico ou empírico publicado entre os anos de 2008 e 2018; (b) abordagem da temática das famílias, no contexto das medidas socioeducativas em meio aberto, ainda que de forma secundária. Quanto aos critérios de exclusão, foram definidos: (a) artigos repetidos; (b) artigos com temática distante; (c) artigos não disponíveis na íntegra; (d) artigos não publicados; (e) artigos publicados fora do período compreendido pela pesquisa. Recuperados os artigos, foram aplicados os critérios de inclusão/exclusão, durante análise dos títulos, resumos e palavras-chave. Por fim, procedeu-se à leitura criteriosa, na íntegra, dos artigos selecionados, no intuito de extrair, categorizar e analisar os dados.

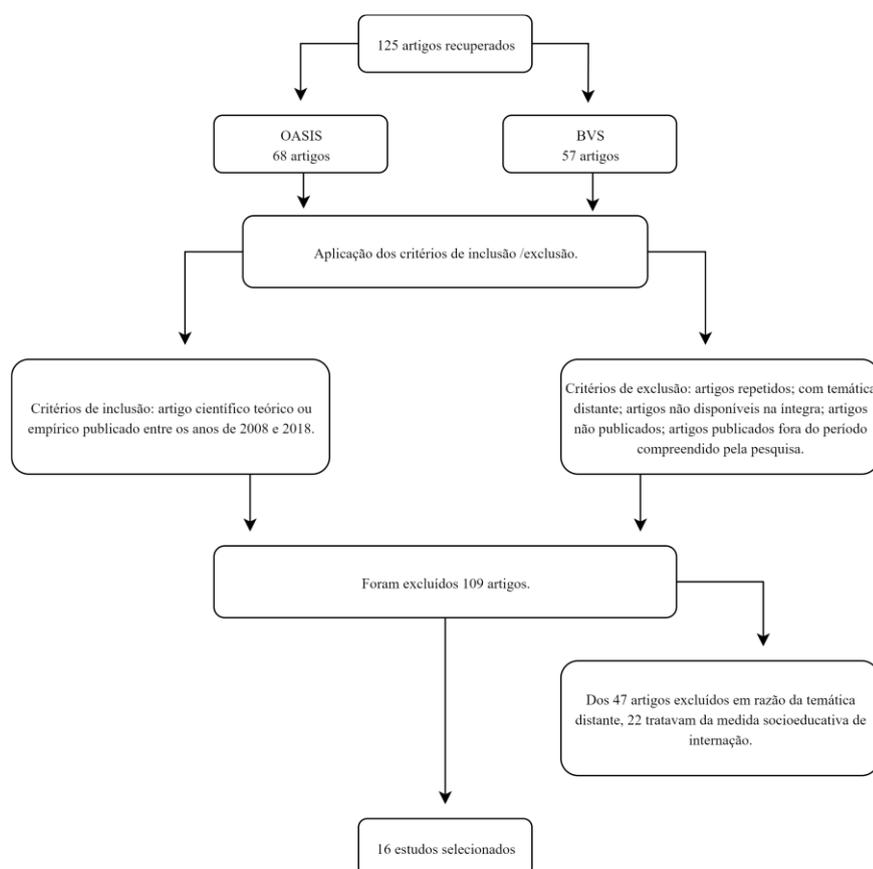
Os dados foram trabalhados por meio da análise de conteúdo (Bardin, 1977). Inicialmente os estudos foram classificados com base em critérios como: base de dados da qual foram extraídos; tipo de estudo; instrumentos de pesquisa utilizados e assuntos mais abordados. Em seguida, procedeu-se a uma categorização dos assuntos relativos às famílias e/ou ao atendimento familiar no contexto das medidas socioeducativas em meio aberto, de modo que

foram obtidas cinco categorias.

Resultados

Foram inicialmente recuperados nas bases de dados 125 estudos: 68 deles no portal OASIS e 57 no BVS. Ao aplicar os critérios de inclusão/exclusão, 109 artigos não atenderam aos critérios especificados, de forma que foram selecionados 16 artigos. A Figura 1 apresenta uma breve caracterização do processo de seleção dos estudos.

Figura 1: Caracterização do processo de seleção dos artigos



Dentre os 16 estudos analisados, dois (12,5%) consistiam em revisão sistemática de literatura: Predebon e Giongo (2015) investigaram a literatura nacional à procura de artigos empíricos publicados no período de 2003 a 2013, que abordassem a temática das famílias com filhos adolescentes em conflito com a lei, enquanto Nunes et al. (2013) procuraram conhecer o estado da arte sobre o tema “Família e adolescente em conflito com a lei”, no período de 2007 a 2012, tanto em estudos nacionais quanto internacionais.

Do total de 16 artigos selecionados, 8 tiveram caráter empírico (50%): dois deles contaram com a participação de profissionais que atuam em medidas socioeducativas em meio aberto (Passamani & Rosa, 2009; Munhoz, 2017); 3 tiveram a participação das famílias (Carlos & Zaniolo, 2010; Xavier et al., 2011; Souza & Costa, 2013); e 3 tiveram a participação dos adolescentes em cumprimento de medida (Nardi & Dell'Aglio, 2012; Rossato & Souza, 2014; Nunes et al., 2016).

Os instrumentos de pesquisa mais utilizados, considerando os 16 artigos analisados na íntegra, foram: análise documental (PIAs, relatórios técnicos, prontuários dos adolescentes) ($n=5$, 31,25%) e entrevistas ($n=5$, 31,25%), lembrando que algumas das pesquisas utilizaram mais de um instrumento.

As categorias de análise estabelecidas com base nos assuntos relativos às famílias e/ou ao atendimento familiar mais abordados nos textos, ainda que tratados de forma secundária e superficial, foram: (a) a influência das famílias na vida dos adolescentes: risco ou proteção, (b) o atendimento familiar, (c) percepção das famílias sobre as medidas socioeducativas (d) percepção dos adolescentes sobre suas famílias, (e) percepção dos profissionais sobre a própria prática e sobre as famílias. A Tabela 1 traz essa categorização, bem como os artigos nos quais tais temáticas são contempladas.

Tabela 1: Temáticas abordadas pelos estudos do *corpus* de análise

Temáticas relativas às famílias e/ou relativas ao atendimento familiar	Estudos em que a temática foi contemplada	Principais resultados
A influência das famílias na vida dos adolescentes: risco ou proteção	Munhoz, 2017; Passamani & Rosa, 2009; Carlos & Zaniolo, 2010; Nunes et al., 2016; Gallo & Williams, 2009; Gallo & Williams, 2008; Nardi & Dell'Aglio, 2012; Costa et al., 2011; Xavier et al., 2011; Cruz et al., 2010; Predebon & Giongo, 2015; Costa & Santos, 2016; Nunes et al., 2013; Rossato & Souza, 2014; Jacobina & Costa,	As famílias tanto podem representar fatores de risco quanto fatores de proteção para os adolescentes.

2011

O atendimento familiar	Munhoz, 2017; Carlos & Zaniolo, 2010; Nardi & Dell’Aglío, 2012; Rossato & Souza, 2014; Jacobina & Costa, 2011; Cruz et al., 2010; Predebon & Giongo, 2015; Costa & Santos, 2016; Nunes et al., 2013; Souza & Costa, 2013	A falta de políticas sociais consistentes de apoio às famílias pode reforçar o sentimento de descrença das famílias em relação às medidas em meio aberto. A despeito das críticas sobre o atendimento familiar, experiências exitosas confirmam sua importância para o fortalecimento dos vínculos e o empoderamento das famílias.
Percepção das famílias sobre as medidas socioeducativas	Munhoz, 2017; Carlos & Zaniolo, 2010; Souza & Costa, 2013	Além de se sentirem culpabilizadas por ter de comparecer aos atendimentos, podem se apresentar descrentes em relação aos serviços ofertados pelo Estado e descrentes, inclusive, em relação às próprias medidas, à exceção da medida de internação.
Percepção dos adolescentes sobre suas famílias	Nardi & Dell’Aglío, 2012; Nunes et al., 2013	Nem sempre os pais se constituem figuras protetoras ou pessoas capazes de lhes oferecer o devido suporte emocional.
Percepção dos profissionais sobre a própria prática e sobre as famílias	Munhoz, 2017; Passamani & Rosa, 2009	Ao mesmo tempo em que há profissionais que atribuem um valor exacerbado aos relatórios técnicos, há igualmente profissionais capazes de se posicionar de forma crítica frente às próprias práticas.

A primeira categoria, que trata da influência das famílias na vida dos adolescentes, foi destacada em 15 artigos (93,75%), ora identificando alguns fatores de risco no contexto da família, ora identificando, além dos fatores de risco, o potencial das famílias para configurarem fator de proteção.

Dentre os principais fatores de risco relativos às famílias dos adolescentes foram destacados nos artigos: relações intrafamiliares conflituosas; presença de violência intrafamiliar; maus tratos psicológicos; relações pouco afetivas; baixa escolaridade dos pais; dificuldade de alguns jovens em se comunicar com as famílias, assim como a dificuldade das famílias quanto ao manejo das situações conflituosas (Carlos & Zaniolo, 2010; Costa et al., 2011; Nardi & Dell'Aglio, 2012; Predebon & Giongo, 2015; Cruz, Welzbacher, Freitas, Costa, & Lorini, 2010; Xavier, Ferreira, & Paravidini, 2011; Gallo & Williams, 2009).

Foram igualmente destacados como fatores de risco: as condições socioeconômicas desfavoráveis e o estresse provocado pelo baixo poder aquisitivo das famílias; a presença de relações insatisfatórias marcadas pelo distanciamento de figuras significativas – pai, mãe ou ambos, destacando-se, em alguns casos, a ausência da figura paterna; o não reconhecimento das figuras de autoridade no grupo familiar por parte do adolescente; a fragilidade do monitoramento e da supervisão dos filhos, assim como um estilo parental pouco efetivo (Gallo & Williams, 2008; Jacobina & Costa, 2011; Nardi & Dell'Aglio, 2012; Carlos & Zaniolo, 2010; Predebon & Giongo, 2015; Nunes et al., 2016).

Os elementos a seguir evidenciam o imenso potencial das famílias para configurarem fator de proteção: o exercício da supervisão parental; a existência de vínculos afetivos; práticas voltadas ao fortalecimento desses mesmos vínculos; as relações de apoio e confiança no contexto familiar; a participação das famílias nos atendimentos socioeducativos e demais atividades atinentes ao cumprimento da medida; a reconfiguração das relações familiares, mediante um diálogo construtivo (Nardi & Dell'Aglio, 2012; Carlos & Zaniolo, 2010; Rossato & Souza, 2014; Predebon & Giongo, 2015; Nunes et al., 2016; Munhoz, 2017; Costa & Santos, 2016; Costa et al., 2011; Jacobina & Costa, 2011).

Especificamente acerca dos vínculos familiares e/ou socioafetivos, estes foram mencionados em mais da metade dos artigos ($n=9$, 56, 26%), revelando, portanto, a

importância do tema e sua conformidade com a legislação. Os estudos indicam a necessidade de um trabalho voltado ao fortalecimento dos vínculos familiares e afetivos (Costa & Santos, 2016; Nardi & Dell'Aglio, 2012; Rossato & Souza, 2014; Nunes et al., 2013), vez que se reconhece que a existência de vínculos com figuras que representem apoio e proteção pode contribuir para o desenvolvimento saudável dos adolescentes. Por esta razão, Nunes et al. (2013) concebem uma prática de atendimento aos adolescentes que englobe as famílias com a mesma ênfase.

A segunda categoria trata do atendimento familiar e foi contemplada em 10 dos 16 estudos (62,5%), ressaltando a importância de ações voltadas às famílias dos adolescentes em situação de conflito com a lei. Experiências exitosas foram relatadas em apenas dois artigos e incluíam visitas domiciliares, grupos de vivência, palestras, debates (Passamani & Rosa, 2009; Carlos & Zaniolo, 2010).

Como recursos, Carlos e Zaniolo (2010) relataram o uso de desenhos, colagens, textos, painéis, músicas, exibição de vídeos temáticos para fomentar discussões. Ainda que no início os pais e/ou responsáveis dos adolescentes tenham manifestado revolta e indignação por ter de comparecer aos grupos de famílias, com o tempo foi possível observar: diminuição da sensação de desamparo e das ações negativas dos adolescentes, maior valorização das famílias pelos adolescentes, melhora na percepção de si mesmos por parte dos integrantes dos grupos e a retomada de uma convivência familiar mais saudável (Carlos & Zaniolo, 2010).

Alguns estudos teceram críticas ao atendimento familiar no âmbito do sistema socioeducativo em meio aberto, seja pela falta de registros de ações voltadas ao fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, pela falta de registro dos encaminhamentos feitos (Jacobina & Costa, 2011), pela ausência de visitas domiciliares por parte dos profissionais e pela falta de oferta de atividades capazes de propiciar uma participação mais ativa das famílias na execução das medidas impostas aos filhos (Souza & Costa, 2013). Apesar de a

participação das famílias ser reconhecida como algo importante para o cumprimento da medida, Souza e Costa (2013) destacaram que a legislação vigente não fornece orientações específicas sobre como os pais podem cumprir seus papéis e assim se envolver no processo socioeducativo. Resta, então, aos profissionais que executam as medidas, interpretar a legislação e promover uma orientação adequada aos pais sobre possíveis formas de envolvimento.

Outros assuntos mencionados em menor escala, respectivamente definidos como terceira, quarta e quinta categorias de análise, foram: percepção das famílias sobre as medidas socioeducativas ($n=3$, 18,75%), percepção dos adolescentes sobre suas famílias ($n=2$, 12,5%) e a percepção dos profissionais sobre a própria prática e sobre as famílias ($n=2$, 12,5%).

Quanto às famílias, ao ter de comparecer aos atendimentos e atividades relacionadas ao cumprimento da medida socioeducativa, alguns estudos observam que elas podem se sentir responsabilizadas por um ato infracional que não cometeram (Carlos & Zaniolo, 2010; Munhoz, 2017). Deixar seus afazeres, perder dias de trabalho, ter de se deslocar até o núcleo de atendimento, sob pena de terem a não participação relatada à justiça pelos profissionais que executam a medida, podem provocar nas famílias os sentimentos de injustiça, indignação e revolta.

Para algumas famílias, somente a medida de internação é significada como minimamente capaz de garantir o que preconiza o ECA, ou seja, acompanhamento psicossocial, educação, profissionalização, saúde, lazer etc. (Souza & Costa, 2013). O insucesso das medidas socioeducativas em meio aberto e da semiliberdade traz consigo a descrença das famílias, que as encaram como sem importância. O estudo conduzido por Costa et al. (2011) aponta a necessidade de um resgate junto às famílias e aos próprios adolescentes do sentido do cumprimento da medida socioeducativa.

Acerca das percepções dos adolescentes, alguns estudos apontaram que nem sempre

eles reconhecem os pais como figuras protetoras, capazes de supervisioná-los e de lhes oferecer suporte emocional. Além da falta de atitude dos pais frente aos comportamentos antissociais dos adolescentes, estes relataram que nem sempre se sentem pertencentes às famílias e que há a presença de relações familiares pouco afetivas (Nunes et al., 2013; Nardi & Dell’Aglia, 2012).

Na quinta categoria, ao tratar das percepções dos profissionais, os estudos indicam que, ao mesmo tempo em que há profissionais capazes de um posicionamento crítico sobre as próprias práticas, intervenções e limitações (Passamani & Rosa, 2009), há profissionais que atribuem uma enorme importância aos relatórios técnicos produzidos e se consideram como verdadeiras pontes entre os adolescentes e suas famílias, de um lado, e o Poder Judiciário, de outro (Munhoz, 2017).

Ainda de acordo com o estudo conduzido por Munhoz (2017), para a equipe técnica, o comparecimento das famílias aos atendimentos era indicativo de que o adolescente contava com respaldo familiar e tal informação era incluída nos relatórios encaminhados ao Judiciário. Apesar de os profissionais reconhecerem as famílias como protagonistas no processo socioeducativo, eles as compreendiam ora como responsáveis pelo comportamento do adolescente, ora como o único elemento capaz de ajudá-lo.

Discussão

Dentre os artigos excluídos em razão da temática distante ($n=47$), chamou a atenção o elevado número de estudos que tratavam da medida socioeducativa de internação ($n=22$, 47%). Tal fato pode sinalizar que as medidas em meio aberto ainda careçam de visibilidade não somente no tocante à implementação das políticas públicas, mas também em termos acadêmicos e, conseqüentemente, no que tange às publicações de caráter científico, cujo foco ainda está mais voltado às medidas restritivas de liberdade. Para Souza e Costa (2013), parece haver por parte do poder público um maior investimento na medida socioeducativa de

internação do que nas demais medidas (medidas em meio aberto e semiliberdade). Pouco valorizadas, estas últimas não seriam capazes de produzir os resultados almejados, além de padecer da descrença por parte das famílias.

Diante de condições tão adversas de vulnerabilidade familiar e social, pode ocorrer de o adolescente passar mais tempo fora do que dentro de casa (Xavier, Ferreira, & Paravidini, 2011). Em alguns casos, jovens que revelam quadro de isolamento e de insegurança em relação ao grupo familiar buscam nos comportamentos infracionais uma forma de autoafirmação perante seus pares (Carlos & Zaniolo, 2010). No estudo realizado por Cruz et al. (2010), o uso de droga foi relatado pelos adolescentes como possível alívio, funcionando quase que como um anestésico frente à dor e ao sofrimento.

A despeito da identificação dos inúmeros fatores de risco relativos às famílias e, ainda que em alguns casos, seja a figura da mãe referida como permissiva ao comportamento transgressor (Predebon & Giongo, 2015), nota-se que os adolescentes valorizam o papel protetivo e acolhedor da figura materna, a qual é compreendida como fonte central de apoio e com quem eles mantêm um vínculo significativo (Predebon & Giongo, 2015; Nunes et al., 2016).

Caberia aqui um questionamento fundamentado nas teorias de gênero (Scavone, 2008) acerca dos papéis comumente atribuídos à mulher e ao homem, relativos aos cuidados em família em nossa sociedade atual, porém tal temática extrapola o objetivo desta pesquisa. Acredita-se, portanto, que tal questionamento abra espaço para novos estudos relativos aos papéis de gênero no contexto familiar de adolescentes em situação de conflito com a lei.

Acerca do atendimento familiar, Jacobina e Costa (2011) afirmam que, ainda que as famílias sejam ouvidas, que suas demandas sejam registradas e que sejam feitos alguns encaminhamentos, as respostas dadas pelo Estado ainda são fragmentadas, descoordenadas e nem sempre atendem às demandas apresentadas. Sob essa perspectiva, Cruz et al. (2010)

denunciam a falta de políticas sociais consistentes de apoio à família, assim como a falta de programas específicos de orientação familiar. Observa-se uma discrepância existente entre as diretrizes legais e a inefetividade das políticas públicas (Cruz et al. , 2010). As ações em rede, incluindo programas e serviços que deveriam servir como retaguarda ao atendimento às famílias, são ainda incipientes.

Teixeira e Oliveira (2018), em um estudo que problematiza a crescente responsabilização das famílias por meio da centralidade nas políticas públicas, questionam até que ponto elas possuiriam meios para assumir as funções de proteção social de seus membros, sem o devido respaldo estatal. As autoras criticam que, sob influência do neoliberalismo, o Estado tenha provocado a precarização das políticas sociais e tenha recuado em relação à sua função protetora.

Apesar das dificuldades apontadas em relação aos atendimentos familiares, os estudos sugerem que, para além da mediação na resolução de conflitos, os atendimentos podem contribuir para o fortalecimento dos vínculos socioafetivos, o resgate do sentimento de pertencimento nos jovens e o empoderamento das famílias (Rossato & Souza, 2014; Predebon & Giongo, 2015; Carlos & Zaniolo, 2010; Nunes et al., 2016; Nunes et al., 2013).

As contribuições trazidas por esses estudos podem delinear pistas e inspirar novas práticas, com vistas a um atendimento qualificado, capaz de envolver as famílias no processo de ressocialização do adolescente, sem que elas se sintam culpabilizadas, além de potencializar o trabalho realizado com os adolescentes (Carlos & Zaniolo, 2010). A participação da família na elaboração das metas do Plano Individual de Atendimento Socioeducativo – PIA (Jacobina & Costa, 2011) pode ser considerada uma estratégia para o envolvimento familiar no processo de ressocialização do adolescente.

A respeito das famílias, Nardi e Dell’Aglío (2012) nos lembram que elas sofrem a influência de uma série de fatores presentes no macrossistema (Bronfenbrenner, 2012), tais

como ideologias e crenças presentes na sociedade, além da própria cultura. Isto, sem falar nas dificuldades de ordem socioeconômica e na falta de acesso a políticas sociais. Os fatores biológicos, portanto, individuais, assim como os fatores familiares e culturais, vez que interagem entre si, devem ser compreendidos de forma integrada e dinâmica (Costa & Santos, 2016).

Quanto à percepção dos adolescentes de que nem sempre seus pais se constituem figuras protetoras ou pessoas capazes de lhes oferecer o devido suporte emocional, Costa e Santos (2016) destacam que nem todos os adolescentes expostos a fatores de risco apresentam problema de desenvolvimento ou chegam a se envolver na prática de atos infracionais. Daí a necessidade de estudos que enfoquem a trajetória desses adolescentes juntamente da dinâmica de funcionamento individual, grupal e familiar. Morais et al. (2014) corroboram esta análise, ao destacar que tanto os fatores de risco quanto os de proteção dependem da percepção do indivíduo, o que ajuda a compreender as diferenças de desenvolvimento entre indivíduos submetidos às mesmas situações adversas.

Em relação à percepção dos profissionais sobre a própria prática e ao valor exacerbado que eles atribuem aos relatórios técnicos, Costa et al. (2011) ressaltam que os relatórios são importantes na medida em que permitem a avaliação da medida socioeducativa e podem subsidiar o(a) juiz(a) em suas decisões. As autoras destacam, no entanto, que para além de avaliar, os relatórios devem orientar o trabalho de intervenção junto aos adolescentes, podendo se constituir como ferramenta de promoção do desenvolvimento.

A percepção que os profissionais possuem em relação às famílias, de que elas tanto podem representar aos adolescentes fatores de risco quanto fatores de proteção, encontra respaldo na análise de Pereira-Pereira (2010). A autora admite o caráter contraditório da instituição familiar e destaca que, como qualquer outra instituição social, ela possui suas fragilidades. Compete ao Estado fazer-se presente por meio de políticas públicas, notadamente

por ele deter a prerrogativa da garantia de direitos. Problematizar sentidos idealizados de famílias e admitir suas fragilidades, no entanto, não impede o reconhecimento da importância de uma atuação em parceria com os equipamentos do Estado. A revisão integrativa da literatura apontou que o atendimento familiar no contexto das medidas socioeducativas em meio aberto pode favorecer o estabelecimento dessa relação de parceria e contribuir para o alcance pleno dos objetivos das medidas.

Considerações Finais

O objetivo desta pesquisa foi investigar o estado da arte na literatura científica brasileira sobre o tema das famílias e do atendimento familiar, no contexto das medidas socioeducativas em meio aberto, no período de publicação entre 2008 e 2018. Observa-se na literatura científica nacional uma escassez de estudos sobre o atendimento familiar no contexto socioeducativo. Por esta razão, optou-se pela seleção de artigos cujo conteúdo contemplasse o tema, ainda que de forma secundária.

A despeito de terem sido encontrados dois estudos que se tratavam de revisão sistemática de literatura, ambos abordavam temas adjacentes e não possuíam o atendimento familiar em meio aberto como tônica. O emprego da revisão integrativa da literatura se deu, portanto, por se tratar de um método de pesquisa que favorece a síntese e o mapeamento do estado atual do tema investigado (Mendes et al., 2008). Foi possível tanto a identificação de lacunas que podem inspirar estudos futuros quanto foi possível lançar luz sobre aspectos capazes de fomentar discussões para a implementação de novos delineamentos operacionais para os executores das medidas.

As principais temáticas encontradas nos estudos selecionados e categorizadas para análise foram: a influência das famílias na vida dos adolescentes; o atendimento familiar; a percepção das famílias sobre as medidas socioeducativas; a percepção dos adolescentes sobre suas famílias; a percepção dos profissionais sobre a própria prática e sobre as famílias.

Quanto aos questionamentos possíveis para estudos futuros, sugerem-se: que tipos de estratégias podem ser empregadas na prática para que as famílias sejam incluídas no processo de ressocialização dos adolescentes, sem que isto soe como culpabilização? De que maneira é possível aproximá-las da instituição executora de medidas socioeducativas em meio aberto, a fim de que seja estabelecida uma relação de corresponsabilidade e de parceria? Como resgatar e fortalecer nas famílias seu potencial protetivo em relação aos adolescentes em cumprimento de liberdade assistida?

Espera-se que o presente estudo tenha contribuído, de alguma forma, ao trazer visibilidade a uma temática ainda pouco abordada na literatura e ao lançar luz acerca do potencial do atendimento familiar como recurso para o alcance pleno dos objetivos das medidas socioeducativas em meio aberto.

Referências

Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Edições 70.

Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

Brasil. (1990). *Estatuto da criança e do adolescente: Lei nº 8.069*. Brasília

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm

Brasil. (2006). *Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária*.

http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Plano_Defesa_CriançasAdolescentes%20.pdf

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2016). *Caderno de Orientações Técnicas: Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto*.

http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/caderno_MSE_0712.pdf

Brasil. (2012). *Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo: Lei nº 12.594*.

<http://www.conselhodacrianca.al.gov.br/sala-de-imprensa/publicacoes/sinase.pdf>

Brasil. Secretaria de Direitos Humanos. (2013). *Plano Nacional de Atendimento*

Socioeducativo: Diretrizes e eixos operativos para o SINASE.

<http://www.mpce.mp.br/wp-content/uploads/2018/01/20180014->

[Plano_Nacional_Atendimento_Socioeducativo-](#)

[Diretrizes_e_eixos_operativos_para_o_SINASE.pdf](#)

Bronfenbrenner, U. (2012). *Bioecologia do desenvolvimento humano: tornando os seres humanos mais humanos*. Artmed.

Carlos, F. de, & Zaniolo, L. O. (2010). Intervenções psicológicas no sistema familiar de adolescentes em liberdade assistida: Relatos de experiência. *Revista de Ciências Humanas*, 44(2), 451-464. <https://doi.org/10.5007/2178-4582.2010v44n2p451>

CONANDA. (2006). *Resolução n.º 119 de 11 de dezembro de 2006*. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo e dá outras providências.

https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/download/resolucao_119_conanda_sinase.pdf

Costa, L. F., Penso, M. A., Sudbrack, M. F. O., & Jacobina, O. M. P. (2011). Adolescente em conflito com a lei: O relatório psicossocial como ferramenta para promoção do desenvolvimento. *Psicologia em Estudo*, 16(3), 379-387. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722011000300005>

Costa, L. P., & Santos, S. S. (2016). Adolescente em conflito com a lei: Revisando as contribuições de variáveis sociais, familiares e individuais. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 16(3), 757-771. <https://doi.org/10.12957/epp.2016.31462>

Cruz, L. R. da; Welzbacher, A. I., Freitas, C. L. S. de; Costa, L. X. S. da, & Lorini, R. A. (2010). Medidas socioeducativas em meio aberto no município de Santa Cruz do Sul/RS: Entre as diretrizes legais e as políticas sociais públicas. *Pesquisas e Práticas*

- Psicossociais*, 5(1), 112-119. https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/revistalapip/volume5_n1/cruz_et_al.pdf
- Dias, A. C. G., Arpini, D. M., & Simon, B. R. (2011). Um olhar sobre a família de jovens que cumprem medidas socioeducativas. *Psicologia & Sociedade*, 23(3), 526-535. <https://www.scielo.br/pdf/psoc/v23n3/10.pdf>
- Distrito Federal. (2013). *Projeto político pedagógico nas medidas socioeducativas do Distrito Federal – Meio Aberto*. http://www.crianca.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/ppp_meio_aberto_secrianca.pdf
- Distrito Federal. (2014). *Portaria nº 374, de 20 de outubro de 2014*. Brasília. https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/45170989/doi-10.1590/S0100-15742008000100003
- Distrito Federal. (2016). I Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Distrito Federal – PDASE. Brasília. <http://www.crianca.df.gov.br/plano-decenal-do-socioeducativo/>
- Furtado, H. P. P., & Braga, C. M. L. (2011). Programa escola de pais: Uma proposta de intervenção junto a pais de adolescentes institucionalizados. *Serviço Social em Revista*, 14(1), 145-172. <https://doi.org/10.5433/1679-4842.2011v14n1p145>
- Gallo, A. E., & Williams, L. C. de A. (2008). A escola como fator de proteção à conduta infracional de adolescentes. *Cadernos de Pesquisa*, 38(133), 41-59. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742008000100003>.
- Gallo, A. E., & Williams, L. C. de A. (2009). Adolescentes em conflito com a lei: Uma comparação entre Brasil Canadá. *Revista da Faculdade de Direito – UFPR*, 49, 141-156. <http://dx.doi.org/10.5380/rfdufpr.v49i0.7254>
- Horst, C. H. M., & Miotto, R. C. T. (2º sem. 2017). Serviço Social e o trabalho com famílias: Renovação ou conservadorismo? *Em Pauta*, 15(40), 228-246.

<https://doi.org/10.12957/REP.2017.32749>

- Jacobina, O. M. P., & Costa, L. F. (2011). Da medida protetiva à socioeducativa: O registro da (des)proteção. *Revista Psicologia Política, 11*(21), 123-139.
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2011000100010
- Marques, S. M. M., Aginsky, B. G., Miranda, A. A. B. de, Silva, M. J. C. J. da, & Ávila, L. de F. (2013). Desafios para implementação do Sinase e garantia de direitos humanos dos adolescentes em conflito com a lei. In *VI Jornada Internacional de Políticas Públicas*. Cidade Universitária da UFMA.
- Medeiros, F. C., & Paiva, I. L. de. (2015). A convivência familiar no processo socioeducativo de adolescentes em privação de liberdade. *Estudos e Pesquisas em Psicologia, 15*(2), 568-586. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812015000200008&lng=pt&tlng=pt
- Mendes, K. D. S., Silveira, R. C. C. de P., & Galvão, C. M. (2008). Revisão integrativa: Método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. *Texto & Contexto Enfermagem, 17*(4), 758-764. <https://doi.org/10.1590/S0104-07072008000400018>
- Ministério da Cidadania. (2019). Relatório da Pesquisa Nacional das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto no Sistema Único de Assistência Social.
http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/relatorios/Medidas_Socioeducativas_em_Meio_Aberto.pdf
- Morais, N. A. de, Lima, R., & Fernandes, J. (2014). A adolescência e o contexto familiar. In L. F. Habizang, E. Diniz, & S. H. Koller (Eds.), *Trabalhando com adolescentes: teoria e intervenção psicológica* (pp. 101-117). Artmed.
- MPMG. (2014). Comentários à Lei 12.594/2012 – Sistema Nacional de Atendimento

Socioeducativo. *Revista do Ministério Público do Estado de Minas Gerais*. Edição SINASE.

https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/sinase/comentarios_sinase_mpmg_2014.pdf

Munhoz, S. R. (2017). A voz das famílias e as vozes sobre as famílias em um núcleo de medidas socioeducativas em meio aberto. *Mana*, 23(1), 109-135.

<https://doi.org/10.1590/1678-49442017v23n1p109>

Nardi, F. L., & Dell'Aglio, D. D. (2012). Adolescentes em conflito com a lei: Percepções sobre a família. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 28(2), 181-192.

<https://doi.org/10.1590/S0102-37722012000200006>

Nascimento, M. L. do, Cunha, F. L. da, & Vicente, L. M. de. (2008). A desqualificação da família pobre como prática de criminalização da pobreza. *Psicologia Política*, 14(7), 0-00. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2007000200006&lng=pt&tlng=pt)

[549X2007000200006&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2007000200006&lng=pt&tlng=pt)

Nunes, M. C. A., Andrade, A. G. de S., & Morais, N. A. de. (2013). Adolescentes em conflito com a lei e família: Um estudo de revisão sistemática da literatura. *Contextos Clínicos*, 6(2), 144-156. <https://doi.org/10.4013/ctc.2013.62.07>

Nunes, M., Ferriani, M. das G. C., Malta, D. C., Oliveira, W. A. de, & Silva M. A. I. (2016).

Rede social de adolescentes em liberdade assistida na perspectiva da saúde pública.

Revista Brasileira de Enfermagem, 69(2), 298-306. [https://doi.org/10.1590/0034-](https://doi.org/10.1590/0034-7167.2016690213i)

[7167.2016690213i](https://doi.org/10.1590/0034-7167.2016690213i)

Passamani, M. E., & Rosa, E. M. (2009). Conhecendo um programa de liberdade assistida pela percepção de seus operadores. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 29(2), 330-345.

<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932009000200010>

Penso, M. A., & Sudbrack, M. de F. O. (2009). O filho fora do tempo: Atos infracionais, uso

de drogas e construção identitária. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 61(1), 2-15.

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672009000100002#:~:text=No%20entanto%2C%20com%20rela%C3%A7%C3%A3o%20ao,afilia%C3%A7%C3%A3o%2C%20garantindo%20a%20constru%C3%A7%C3%A3o%20identit%C3%A1ria

Pereira-Pereira, P. A. (2010). Mudanças estruturais, política social e papel da família: Crítica ao pluralismo do bem-estar. In M. A. Sales, M. C. de Matos, & M. C. Leal (Orgs.), *Política social, família e juventude: uma questão de direitos* (pp. 25-42). Cortez.

Predebon, J., & Giongo, C. (2015). A família com filhos adolescentes em conflito com a lei: Contribuições de pesquisas brasileiras. *Pensando Famílias*, 19(1), 88-104.

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2015000100008

Rossato, L., & Souza, T. M. C. (2014). Psicologia e adolescentes em conflito com a lei: Reflexões a partir do estágio. *Revista da SPAGESP*, 15(1), 112-122.

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702014000100009

Scavone, L. (2008). Estudos de gênero: uma sociologia feminista? *Estudos Feministas*, 16(1), 173-186. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2008000100018>

Souza, L. A. de, & Costa, L. F. (2013). A significação das medidas socioeducativas para as famílias de adolescentes privados de liberdade. *Psico-USF*, 18(2), 277-287.

<https://doi.org/10.1590/S1413-82712013000200011>.

Teixeira, M. de L. T. (2014). Plano Individual de Atendimento (PIA) – O presente e o futuro do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa. In *Justiça juvenil: teoria e prática no sistema socioeducativo* (pp. 101-123). Editora da UFRN.

Teixeira, S. M., & Oliveira, T. de V. (2018). Responsabilização da família e retração estatal: Uma tendência à (des) proteção? *Praia Vermelha: estudos de política e teoria social*,

28(1), 309-336.

Xavier, R. B. T., Ferreira, C. V. de L., & Paravidini, J. L. L. (2011). Adolescentes em conflito com a lei: Função materna e a transmissão do nome do pai. *Revista Mal Estar e Subjetividade*, 11(1), 41-64.

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482011000100003

Manuscrito 2 – Atendimento Familiar no Contexto da Liberdade Assistida no Distrito Federal²

Resumo: As ações socioeducativas precisam ser pensadas e desenvolvidas incluindo-se a família e a comunidade. O presente artigo, de caráter empírico, teve como objetivo caracterizar o atendimento familiar no contexto da liberdade assistida do Distrito Federal, com base nas percepções de profissionais que nele atuam. Utilizou-se formulário eletrônico de coleta de respostas e participaram da pesquisa 21 profissionais. Os resultados apontam como estratégias utilizadas pelos profissionais: atendimento por família, atendimento com grupos de famílias, visitas domiciliares. Os atendimentos podem contribuir tanto para o êxito da medida em si, quanto para os relacionamentos familiares. Como uma das limitações da pesquisa, aponta-se a ausência da percepção dos próprios usuários do serviço. Sugere-se para estudos futuros investigar o atendimento familiar na perspectiva das próprias famílias. Como relevância social e científica desse estudo tem-se a discussão de uma temática por vezes pouco abordada na literatura, além da possibilidade de oportunizar um espaço de escuta aos profissionais que atuam na área.

Palavras-chave: medidas socioeducativas, liberdade assistida, atendimento familiar

² Artigo submetido a periódico científico.

Abstract: Socio-educational actions must be thought and developed taking into consideration the family and community affected. This article, with an empirical character, aims to characterize family support within the context of supervised freedom of juvenile offenders in Distrito Federal, based on the perceptions of professionals working in this context. An electronic form to collect answers was used and twenty-one professionals participated in the research. The results point out the following support strategies used by professionals: family support, support to groups of families, home visits. Support services may contribute both to the success of the measure itself and relationships among family members. One of the restrictions of this research was the lack of perception of the support service by the users themselves. For future studies, one suggests for investigate family care from the perspective of the families themselves. Serving as social and scientific relevance of this study are the discussion over a theme approached so rarely in the literature, and the fact of provide a space for listening to professionals who work in this field.

Keywords: socio-educational measures, supervised freedom, family support

Dentre as diretrizes pedagógicas do atendimento socioeducativo constantes na Resolução n.º 119 de 11 de dezembro de 2006 (CONANDA, 2006), destaca-se a participação ativa da família e da comunidade na ação socioeducativa para a consecução dos objetivos da medida socioeducativa aplicada ao adolescente. Compreende-se família, atualmente, como sendo uma instituição privada, com vários tipos de arranjos (Freitas, 2011; Wagner & Levandowski, 2008; CONANDA, 2006; Negreiros & Féres-Carneiro, 2004), e que tem por função básica a socialização primária das crianças e dos adolescentes (Schenker & Minayo, 2003; Biasoli-Alves, 2001; Gomes et al., 2011), ainda que, por fazer parte de uma rede social mais ampla, ela não seja a única responsável pela educação dos jovens (Zappe & Dias, 2012).

De acordo com Castro e Guareshi (2008), essas famílias muitas vezes sofrem em decorrência de relações sociais excludentes, ou, conforme Takashima (2011), trazem o reflexo da patologia social em suas relações privadas. Por esta razão, não deveriam ser vistas como causadoras da situação. Muitas das vezes, as famílias ainda constituem referências afetivas importantes para os adolescentes (Castro & Guareshi, 2008). Vale lembrar que o artigo 226 da Constituição Federal de 1988 reconhece a família como a base da sociedade e afirma que o Estado deve lhe oferecer proteção especial (Brasil, 1988).

O trabalho das equipes de profissionais que executam a medida socioeducativa de liberdade assistida não deve se limitar ao registro do comparecimento ou não das famílias aos atendimentos (Brito, 2007). As ações no âmbito da medida devem se estender às famílias de modo a contribuir para o fortalecimento dos vínculos, para a inclusão do adolescente no ambiente familiar e comunitário, assegurando, assim, uma formação para a cidadania (CONANDA, 2006).

A literatura aponta que, por diversas razões, as famílias podem caracterizar fatores de risco aos adolescentes, seja pela baixa escolaridade dos pais, devido a relações pouco afetivas, dificuldades na comunicação, dificuldades socioeconômicas e o estresse delas decorrentes,

fragilidade no monitoramento e na supervisão dos filhos, conflitos intrafamiliares ou até mesmo a presença de violência (Gallo & Williams, 2009; Nardi & Dell’Aglia, 2012; Predebon & Giongo, 2015; Jacobina & Costa, 2011; Gallo & Williams, 2009; Carlos & Zaniolo, 2010; Cruz et al., 2010).

Em contrapartida, a presença de vínculos afetivos, de diálogo, assim como o exercício da supervisão parental e a participação das famílias nos atendimentos socioeducativos podem configurar fatores de proteção (Rossato & Souza, 2014; Costa et al., 2011; Nunes et al., 2016; Munhoz, 2017), o que corrobora a importância de um trabalho voltado a esses aspectos, no intuito de potencializá-los e de fortalecê-los.

Para Takashima (2011), os serviços de apoio deveriam estabelecer uma articulação entre o público e o privado por meio de uma metodologia dialógica, não determinada apenas por um arsenal de instrumentos técnicos. Assim seria possível oportunizar a participação das famílias numa relação de horizontalidade e não de subordinação ao saber profissional.

O acompanhamento das famílias, compreendidas enquanto parceiras e fundamentais ao sucesso da experiência, é destacado no Projeto Político Pedagógico das medidas em meio aberto do Distrito Federal como um dos eixos norteadores do trabalho socioeducativo (Distrito Federal, 2013). É fundamental, portanto, que se estabeleça uma relação de aliança (Brito, 2007) e de corresponsabilidade em prol do adolescente (Conselho Federal de Psicologia, 2012).

Em Fevereiro de 2020, conforme dados estatísticos da Secretaria de Justiça e Cidadania do Distrito Federal (Secretaria de Justiça e Cidadania, 2020), do total de processos referentes às medidas socioeducativas em meio aberto, 79% correspondiam à medida de liberdade assistida e/ou liberdade assistida cumulada com prestação de serviço à comunidade, num total de 1713 processos. Considerando que, na Resolução nº. 119 (CONANDA, 2006), priorizam-se as medidas socioeducativas em meio aberto, e que estas buscam fortalecer os vínculos do adolescente com a família e a comunidade (Distrito Federal, 2014), é de suma importância que

se encontrem estratégias para um trabalho com as famílias, sobretudo com as famílias dos adolescentes em cumprimento de liberdade assistida, dado o prazo mínimo de seis meses para acompanhamento.

O processo de responsabilização do adolescente, de construção de projetos de vida afastados da ilicitude e o exercício consciente da cidadania não irão ocorrer de forma individual, desvinculados do contexto maior no qual ele se insere, sem levar em conta as demais pessoas com as quais ele convive. A própria Lei do SINASE elenca o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários no processo socioeducativo como um dos princípios para execução das medidas (Brasil, 2012). As ações socioeducativas precisam, portanto, ser pensadas e desenvolvidas incluindo-se a família e a comunidade.

Considerando a dificuldade observada na prática quanto ao estabelecimento de uma identidade própria para o atendimento voltado às famílias dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, ao lado da importância que tal atendimento possui, surge a seguinte questão norteadora: de que maneira ocorrem os atendimentos familiares no contexto da medida de liberdade assistida no Distrito Federal? O presente artigo tem por objetivo caracterizar o atendimento familiar no contexto da medida de liberdade assistida do Distrito Federal, com base nas percepções de profissionais que nele atuam.

Método

Contexto da Pesquisa

Há no Distrito Federal 15 (quinze) unidades voltadas especificamente ao acompanhamento dos adolescentes que cumprem Liberdade Assistida e/ou Prestação de Serviço à Comunidade, as quais recebem o nome de GEAMA – Gerência de Atendimento em Meio Aberto. Na estrutura organizacional do Distrito Federal, as GEAMAs são parte integrante da Subsecretaria do Sistema Socioeducativo – SUBSIS, que, por sua vez, compõe atualmente a pasta da Secretaria de Justiça e Cidadania. Nos demais estados brasileiros, a execução das

medidas em meio aberto compete, geralmente, ao CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social.

Participantes

Participaram da pesquisa 21 profissionais que atuam no contexto da medida de liberdade assistida, lotados em 11 das 15 GEAMAs existentes no Distrito Federal. A participação voluntária, mediante consentimento livre e esclarecido, foi condicionada apenas ao interesse e à disponibilidade dos servidores. A única exigência foi a de que deveriam ser especialistas (pedagogos, psicólogos e assistentes sociais) e/ou agentes socioeducativos, profissionais envolvidos no atendimento às famílias.

Tabela 2: Caracterização dos participantes da pesquisa

Faixa etária	De 21 a 30 anos	9,5%
	De 31 a 40 anos	71,4%
	De 41 a 50 anos	14,3%
	De 51 a 60 anos	4,8%
Sexo do respondente	Sexo feminino	71,4%
	Sexo masculino	28,6%
Cargo/especialidade	09 assistentes sociais	42,85%
	05 pedagogos	23,80%
	03 psicólogos	14,28%
	04 agentes socioeducativos	19,04%
Tempo de atuação no sistema socioeducativo	Até 05 anos	23,8%
	De 06 a 10 anos	47,6%
	De 11 a 15 anos	14,3%
	De 16 a 20 anos	0%
	Acima de 20 anos	14,3%

Instrumentos

Foi utilizado formulário eletrônico de coleta de respostas, o qual foi enviado por meio de um *link* ao endereço eletrônico de cada uma das 15 (quinze) GEAMAs, com solicitação de que fosse repassado à equipe de profissionais. É crescente a popularização de coletas de dados *online* em psicologia como estratégia de pesquisa e destacam-se como principais vantagens a praticidade para construir uma grande amostra, sem necessidade de deslocamentos presenciais, aliada a custos reduzidos (Wachelke et al., 2014). Ademais, inúmeros métodos qualitativos

vêm sendo adaptados às pesquisas que utilizam a internet como ferramenta (Flick, 2009).

Tabela 3: Questões constantes no formulário eletrônico

Questões acerca dos atendimentos familiares	<ol style="list-style-type: none"> 1. Na Gerência de Atendimento em Meio Aberto na qual você trabalha são realizados atendimentos familiares? Se sim, de que maneira eles ocorrem e quais são os profissionais envolvidos nesse trabalho? 2. De que maneira você acredita que o atendimento familiar possa contribuir para o êxito da medida socioeducativa em meio aberto? 3. Há mais alguma informação sobre o atendimento familiar no âmbito da medida de liberdade assistida que você, enquanto profissional, gostaria de mencionar e que não tenha sido abordada nas questões anteriores?
Dados sociodemográficos	<ul style="list-style-type: none"> • Idade • Sexo do respondente • Cargo/especialidade • Tempo de atuação no sistema socioeducativo • GEAMA em que trabalha atualmente

Procedimentos

Inicialmente a pesquisa foi submetida à aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília – CEP/IH e à autorização da Subsecretaria do Sistema Socioeducativo. Em seguida, foi enviado um email pela Diretoria do Meio Aberto – DIMA a cada uma das 15 (quinze) GEAMAs do Distrito Federal, contendo: apresentação e convite para participação da pesquisa, bem como um *link* do formulário eletrônico de coleta de respostas a ser repassado aos profissionais. Por meio de contato telefônico direto da pesquisadora com cada uma das GEAMAs e de reenvio de *email*, foi novamente apresentada a pesquisa à participação dos servidores.

Não houve limite previsto quanto ao número de participantes, havendo apenas o estabelecimento de uma data-limite para preenchimento do formulário. Ressalte-se que foram respeitadas as normas e os aspectos éticos para pesquisas envolvendo seres humanos, previstos na Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 510 de 7 de abril de 2016 e na Resolução nº 466 de 12 de dezembro de 2012.

Análise de dados

Os dados empíricos desta pesquisa, obtidos por meio das respostas dos participantes ao questionário, receberam tratamento qualitativo. Para análise dos dados foi utilizada análise de conteúdo, que emprega procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens por meio das seguintes fases: (a) pré-análise, (b) exploração do material, (c) tratamento dos resultados, inferência e interpretação (Bardin, 1977).

Resultados e Discussão

Após análise das respostas obtidas via formulário eletrônico, foram estabelecidas as categorias que se seguem: (a) concepção de família e seu papel como corresponsável; (b) caracterização do atendimento familiar; (c) contribuições do atendimento às famílias: para o êxito da medida e para o próprio relacionamento familiar.

Concepção de Família e seu Papel como Corresponsável

Da fala dos participantes, depreende-se a concepção de família como sendo o primeiro grupo social de que o indivíduo faz parte, espaço privilegiado de convivência, base constitutiva das demais relações que se estabelecem com o mundo e consigo mesmo. Tal concepção pode ser observada nos trechos a seguir:

Assistente Social 2: A família é o primeiro lugar social de todas as pessoas. É a origem.

Portanto, entender melhor nossas relações familiares é importante para pensarmos a nossa relação com o mundo, com a gente mesmo.

Assistente Social 8: Acredito que a família é o principal suporte para o alcance dos objetivos das medidas socioeducativas, por ser um espaço privilegiado de convivência (...).

Esta concepção sobre a família encontra apoio na literatura sobre o tema. De acordo com Gomes et al. (2011), é a partir da família, primeiro grupo em que se dá início à vida social e afetiva, que o indivíduo se constrói nas relações. Para Romanelli (2016), é em família que

podemos manter relações de cunho personalista, em oposição às relações predominantemente formais do universo público. Extrapolando-se os limites de uma conceituação legal acerca de família, os profissionais reconhecem a necessidade de um trabalho com os sujeitos que, de certa forma, representem referência e apoio aos adolescentes.

Assistente Social 4: Não há como trabalhar com o adolescente sem trabalhar com os atores com os quais ele convive e troca informações em seu cotidiano.

Assistente Social 9: A compreensão de família trabalhada com os adolescentes é ampla. Vai para além do conceito legal. Levantar quem são os referenciais positivos na vida do adolescente e trazê-los como forma de apoio ao acompanhamento de vida.

Assim como a legislação em vigor (Brasil, 2012) prevê a participação das famílias no processo de ressocialização do adolescente, estudos também abordam a importância de um trabalho interventivo junto às famílias. Tal intervenção pode ocorrer por meio da oferta de suporte emocional e informativo (Furtado & Braga, 2011), por meio de estratégias de fortalecimento dos vínculos familiares (Almeida & Müller, 2014; Brasil, 2016; Furtado & Braga, 2011; Munhoz, 2017; Passamani & Rosa, 2009; Veronese & Lima, 2009), do encaminhamento a organizações governamentais ou não governamentais, com vistas a um atendimento integrado (Brito, 2007).

Nardi e Dell’Aglío (2012) ressaltam a importância de que as ações desenvolvidas incluam as famílias, dada a influência que estas exercem no desenvolvimento dos adolescentes. Além das famílias, as autoras destacam a necessidade de se reforçar os vínculos com demais pessoas que possam, de alguma forma, se constituir como fonte de apoio e proteção. Para Monte et al., (2011), o desenvolvimento sociomoral do adolescente se dá na interação com o grupo social de origem.

A corresponsabilidade das famílias no processo de ressocialização do adolescente é igualmente mencionada e é ilustrada pelas falas:

Agente 4: (...) todos os envolvidos no processo, Governo, sociedade e FAMÍLIA [grifo do participante] possuem um papel importante nesse trabalho.

Agente 2: A família deve ser trabalhada e vista como corresponsável pelo processo de ressocialização.

Assistente Social 1: Sem o envolvimento da família não há como garantir a promoção social do adolescente, conforme preconiza a Lei 8069/90 e o SINASE.

A legislação aponta o dever dos pais de contribuírem no processo ressocializador do adolescente, passíveis que estão de responsabilização administrativa, civil e criminal (Brasil, 1988, 2012). É preciso, no entanto, encontrar formas de sensibilizar as famílias e de envolvê-las no processo socioeducativo, sem que elas se sintam culpabilizadas pelo ato infracional praticado pelo adolescente, além de se cuidar para que não seja adotada uma visão idealizada das famílias.

A sociedade brasileira passou e ainda vem passando por inúmeras transformações, de modo que o modelo tradicional de família nuclear convive atualmente com inúmeros outros tipos de arranjos familiares. Por esta razão e, como bem ressalta Sarti (1999), há que se falar em família no plural – famílias –, e propor ações não normatizadas a partir de um modelo de família único e rígido, tendo como foco o reconhecimento da diversidade.

Caracterização do Atendimento Familiar

Ao indagar sobre a maneira como os atendimentos familiares ocorrem nas GEAMAs e quais são os profissionais envolvidos nesse trabalho, foi possível tanto colher informações gerais sobre esse tipo de atendimento, como conhecer as estratégias que são mais utilizadas. As informações foram sistematizadas na tabela a seguir.

Tabela 4: Caracterização do atendimento familiar pelos profissionais

Local em que ocorre	• Na própria GEAMA
	• Na casa do adolescente (visita domiciliar)

Quando ocorre	<ul style="list-style-type: none"> • No início da medida (acolhimento por família ou com várias famílias) visando à elaboração do Plano Individual de Atendimento – PIA • Ao longo da medida (acompanhamento)
Como ocorre	<ul style="list-style-type: none"> • Presencialmente • Por telefone
Tipo de atendimento	<ul style="list-style-type: none"> • Agendado previamente • Por demanda espontânea das famílias • Via encaminhamento do Núcleo de Atendimento Integrado – NAI.
Periodicidade	<ul style="list-style-type: none"> • Acolhimento (no início do cumprimento da medida) • Grupos mensais (com famílias ou apenas com pais) • Grupos eventuais
Motivação	<ul style="list-style-type: none"> • Demanda do adolescente • Demanda da família • Necessidade identificada pelo profissional • Encaminhamento feito pelo – NAI
Estratégias empregadas	<ul style="list-style-type: none"> • Atendimento por família (com ou sem a presença do adolescente, para fins de acolhimento e/ou acompanhamento) • Atendimento com grupos de famílias (multifamiliares) ✓ Acolhimento ✓ Oficinas ✓ Grupos temáticos ✓ Atividades coletivas direcionadas • Visitas domiciliares
Quem participa/coordena	<ul style="list-style-type: none"> • Especialistas • Agentes • Pessoas convidadas • Estagiários

Como é possível observar, o atendimento realizado logo no início do cumprimento da medida pelo adolescente é chamado de acolhimento, enquanto os atendimentos subsequentes são denominados de acompanhamento. Os termos acolhimento e acompanhamento são igualmente citados no I Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Distrito Federal – PDASE (Distrito Federal, 2016).

Antes mesmo de serem vinculados a qualquer uma das medidas socioeducativas, os adolescentes são encaminhados ao Núcleo de Atendimento Integrado – NAI. NAI é um programa vinculado à Secretaria de Justiça e Cidadania do DF, que reúne em um mesmo espaço as secretarias de Estado que atuam no sistema socioeducativo, além do Ministério Público,

Tribunal de Justiça, Defensoria Pública, Delegacia da Criança e do Adolescente. “A proximidade física entre esses agentes do Estado tem como finalidade aumentar a celeridade, a eficácia na aplicação de medidas socioeducativas e o acompanhamento dos adolescentes em conflito com a lei e seus familiares”, conforme explicação extraída do *site* do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

A Portaria nº 374, de 20 de Outubro de 2014, documento que estabelece o fluxo do atendimento em meio aberto, define as seguintes etapas para o trabalho socioeducativo: (a) vinculação: o técnico administrativo recebe a documentação inicial do adolescente que irá cumprir a medida naquela GEAMA específica; (b) distribuição do caso: o caso é repassado à equipe de referência que passará a atender o adolescente e a família; (c) convocação: pode ser feita via contato telefônico, envio de telegrama, carta, visita domiciliar; (d) acolhimento/elaboração do Plano Individual de Atendimento – PIA: prevê-se a participação do adolescente e de sua família; (e) acompanhamento: são previstos atendimentos presenciais na própria GEAMA ou em locais externos e os contatos telefônicos. O acompanhamento visa ao monitoramento das metas constantes no PIA (Distrito Federal, 2014).

É importante que a elaboração do PIA não seja compreendida como tarefa meramente burocrática, mas como o momento oportuno em que se estabelecem, com o adolescente e com a família, metas a serem alcançadas no decorrer do cumprimento da medida socioeducativa, considerando-se as especificidades caso a caso. Além de nortear o trabalho a ser desenvolvido, focando-se os diversos aspectos da vida do adolescente, o PIA deve ser compreendido como um instrumento de individualização da medida. Desta forma, pode contribuir para a garantia do respeito à condição peculiar de desenvolvimento de cada adolescente (Moreira et al., 2015).

Acerca dos locais de atendimento, foram mencionadas tanto a própria a GEAMA, quanto a residência do adolescente, por meio das visitas domiciliares. Ainda que não mencionado pelos participantes, é sabido que os atendimentos também podem ocorrer nas

demais instituições que realizam o acompanhamento do adolescente e/ou da família (Brasil, 2016), a depender da articulação estabelecida com a rede socioassistencial, de saúde, educação etc.

Sobre as visitas domiciliares em si, estas se constituem um momento oportuno para aproximação e sensibilização das famílias. Tomando por empréstimo conceitos relativos ao Programa de Saúde da Família, destaca-se a necessidade do respeito às diferentes realidades, vivências, crenças e culturas. É por meio das visitas que o profissional poderá ampliar seu conhecimento acerca da realidade concreta das famílias, do contexto comunitário no qual estão inseridas, das dificuldades que elas enfrentam, podendo, assim, atuar de forma mais eficiente (Tulio et al., 2000; Brasil, 2016).

Conforme documento que estabelece o fluxo do atendimento em meio aberto no Distrito Federal, o adolescente deve ser atendido semanalmente, incluindo-se aqui os contatos telefônicos e atendimentos em locais externos, e, presencialmente na GEAMA, pelo menos uma vez ao mês (Distrito Federal, 2014). Diferentemente do acompanhamento do adolescente, com previsão de ocorrência semanal, o atendimento familiar não possui frequência pré-estabelecida.

De acordo com os profissionais respondentes do questionário, nos locais em que eles trabalham há o atendimento inicial das famílias, denominado de acolhimento, ocasião em que se procede a uma apresentação geral da(s) medida(s) e são colhidas as primeiras informações sobre o adolescente e seus familiares. Depois disso, em algumas GEAMAs ocorrem grupos mensais com as famílias, havendo ou não a presença dos adolescentes. Em outras, há grupos eventuais, sem periodicidade específica.

Quanto às estratégias que costumam ser utilizadas, foram mencionados, além das visitas domiciliares, os atendimentos com apenas uma família (com ou sem a presença do adolescente) e os atendimentos com mais de uma família (multifamiliares). Com grupos de famílias foram

mencionadas, além do acolhimento, atividades como oficinas, grupos temáticos, atividades coletivas direcionadas. Ressalte-se que não foram detalhadas no questionário de que tipo seriam estas atividades coletivas direcionadas.

Pesquisas tanto na área de prevenção e promoção da saúde quanto na área da assistência social apontam inúmeras vantagens no trabalho com grupos. Estas vantagens vão desde a possibilidade de constituição de espaços de compartilhamento de experiências e busca conjunta por soluções para dificuldades enfrentadas (Polejack & Seidl, 2015), à possibilidade da vivência da cooperação, do fortalecimento dos vínculos e do protagonismo dos participantes (Siqueira, 2008). Ambas as pesquisas apontam as contribuições do trabalho com grupos na defesa dos direitos da população atendida.

As ações socioeducativas visam à promoção social dos adolescentes e de suas famílias, ancoradas na perspectiva da garantia de direitos e de desenvolvimento da autonomia. Há que se pensar, por esta razão, em metodologias participativas, que valorizem a participação ativa dos sujeitos no processo, em detrimento de estratégias fundadas em uma pedagogia meramente focada na transmissão de conhecimentos aos usuários do serviço (Polejack & Seidl, 2015).

Especificamente sobre os grupos multifamiliares, há estudos que apresentam os resultados da prática com famílias em diversos contextos – inclusive com adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. Por meio dos grupos, é possível estabelecer um espaço de conversação, de reconhecimento dos próprios recursos e competências para resolução de problemas, bem como favorecer a aproximação afetiva entre os membros da família (Costa, 1999; Costa et al., 2005; Costa et al., 2009; Costa, 2011).

Contribuições do Atendimento Familiar

É consenso entre os profissionais o reconhecimento da importância do atendimento familiar para o êxito da medida em meio aberto. As expressões: “fundamental”, “de suma importância”, “elemento importantíssimo”, “central”, “contribui de maneira significativa”

corroboram tal ideia. Ainda que não haja uma padronização entre as GEAMAs quanto à periodicidade do atendimento familiar, costuma-se realizar um acolhimento inicial. Para fins didáticos, as contribuições do atendimento familiar elencadas pelos participantes foram categorizadas em: (a) contribuições para o êxito da medida; (b) contribuições para o próprio relacionamento familiar.

Em relação às contribuições para o êxito da medida em si, os profissionais reconhecem que, tanto quanto necessário, é possível, por meio do atendimento familiar, ampliar o conhecimento que se tem do adolescente, das pessoas com as quais ele convive e do contexto em que ele se insere.

Assistente Social 5: O êxito da medida passa pela resignificação de entendimentos, valores e contextos da família, e não apenas do socioeducando isoladamente.

Assistente Social 9: O atendimento familiar é fundamental ao acompanhamento socioeducativo. O reconhecimento de laços familiares, bem como afetivos é a primeira etapa para estabelecimento de vínculo com o adolescente e sua realidade. As relações afetivas são uma parte de representação da história do adolescente.

Assistente Social 3: Sem o atendimento familiar dificilmente é possível efetivar o objetivo de acompanhar, orientar e auxiliar o adolescente na construção de projetos de vida. Ele proporciona uma maior aproximação da realidade sociofamiliar do jovem, compreensão de suas vivências e sociabilidade, contribuição da participação familiar no processo de autonomia e construção de novas trajetórias pelo adolescente, bem como integração social do jovem e família a partir da inserção nas políticas sociais da rede.

Tal ideia encontra consonância em Perez et al., (2018), ao tratarem da matricialidade sociofamiliar como eixo estruturante da política de assistência social. Entende-se por matricialidade sociofamiliar a centralização da política de assistência social na família.

Segundo esses mesmos autores, conhecer a realidade das famílias e os contextos em que elas vivem envolve uma mudança paradigmática ao viabilizar o planejamento de ações que atendam não somente às demandas apresentadas pelas famílias, mas também às demandas territoriais, indo além dos problemas individuais apresentados.

Quando o profissional menciona “ressignificação de entendimentos, valores”, há que se pensar no tipo de ressignificação a que ele se refere e com base em quais referenciais. Seriam os referenciais legais que, ao preconizarem o lícito e o ilícito, serviriam para nortear condutas e pautar valores? Sarti (1999) adverte que, em se tratando do trabalho com famílias, devemos cuidar para não incorrer em discursos normativos, pautados em nossas referências pessoais.

Acerca dos encaminhamentos das famílias para a rede de atendimento socioassistencial, compreende-se como procedimento fundamental, para que estas famílias, vivendo em contextos sociais tão adversos, recebam apoio por meio de um atendimento integrado, seja em organizações governamentais ou não-governamentais (Brito, 2007). O princípio da incompletude institucional também traz a ideia da intersetorialidade como característica essencial à execução das medidas socioeducativas em meio aberto (Brasil, 2016). O atendimento familiar, nesse caso, pode favorecer tanto para que haja um maior engajamento do adolescente à medida, em si, como também para a efetivação dos encaminhamentos feitos.

Psicólogo 3: Muitas vezes a UAMA³ se torna um serviço de referência de acesso às demais políticas que estão sendo negadas a essa família. Muitas vezes nos tornamos um articulador entre os demais serviços apoiando o acesso das famílias (...).

Pedagogo 1: O atendimento familiar é fundamental para vincular o jovem à medida e garantir a efetivação dos encaminhamentos realizados.

Sobre as contribuições do atendimento familiar para o próprio relacionamento em família, os profissionais destacaram a possibilidade de as famílias receberem apoio, orientação,

³ Aqui o profissional utiliza a antiga nomenclatura utilizada para se referir à GEAMA.

amparo, seja dos profissionais, seja de outros familiares, por meio de trocas de experiências. Desta forma, poderiam ser adquiridos novos recursos para lidar com as situações de vida enfrentadas.

Pedagogo 3: (...) a família recebe acolhimento, apoio e orientações que demandarem dos seus pares e dos profissionais da GEAMA. Proporciona a construção coletiva de conhecimento.

A mediação de conflitos, a promoção social do adolescente e da família, o auxílio às famílias no exercício de seu papel protetivo e o empoderamento dos sujeitos também foram mencionados pelos profissionais:

Psicólogo 3: (...) as famílias frequentemente estão cansadas e se veem sem recursos para lidar com os desafios que seus filhos lhes apresentam. Nesse contexto, (...) podemos oferecer um espaço de construção de novas possibilidades de relações entre os sujeitos, mediando conflitos e propondo novos olhares e estratégias para os contextos familiares; contudo, sempre entendendo que o sujeito é quem melhor conhece sua realidade e nós estamos apenas oferecendo novas ferramentas, mas que cabe a eles a opção pelas mudanças de olhares e atitudes.

Psicólogo 3: Acredito que precisamos criar espaços nos quais as famílias possam discutir entre si, com nossa mediação, temáticas relativas aos seus filhos, mas também a vida em sociedade, seus acessos aos direitos, enfim, um espaço de "empoderamento" dessa população.

Assistente Social 7: Oferecendo subsídios para que as famílias possam exercer o seu papel de proteção, bem como buscando a melhoria da qualidade das relações intrafamiliares.

Para Medeiros e Paiva (2015), boa parte das famílias de adolescentes que cumprem medidas convivem cotidianamente com a precarização de direitos básicos e com a problemática

advinda dessa precarização. Ademais, nem sempre a família irá se caracterizar, por si só, como um lugar de proteção. Ao mesmo tempo em que se configura como uma das primeiras instituições responsáveis pela socialização dos sujeitos, a família pode ser palco de conflitos e de violação de direitos (Perez et al., 2018). Ainda assim, é importante que, no trabalho com essas famílias, os profissionais invistam tanto nas potencialidades de enfrentamento de situações tão adversas, quanto no fortalecimento do seu potencial de cuidado e proteção (Brasil, 2016; CONANDA, 2006; Medeiros & Paiva, 2015; Perez et al., 2018).

Em relação ao empoderamento dos sujeitos, a fala dos participantes nos remete a Carvalho (2004) quando este ressalta que, mais do que repassar informações ou induzir comportamentos, o objetivo é apoiar pessoas e coletividades para que estas tomem as decisões que considerarem mais apropriadas. Desse modo e, por meio de análises da situação, a consciência crítica e a capacidade de intervir sobre a realidade podem ser desenvolvidas.

Considerações Finais

Esta pesquisa teve como objetivo caracterizar o atendimento familiar no contexto de liberdade assistida do Distrito Federal, com base nas percepções de profissionais que nele atuam. Para além de conhecer os procedimentos e estratégias adotados nos atendimentos às famílias, foi possível uma aproximação acerca da concepção de família que os profissionais possuem. Foi possível igualmente, além de conhecer as diferentes estratégias utilizadas, destacar as contribuições do atendimento familiar tanto para o êxito da medida socioeducativa em si, quanto para os relacionamentos familiares.

Acredita-se que a relevância social desse estudo resida na possibilidade de fomentar discussões no âmbito das políticas públicas, especialmente no que concerne ao atendimento dedicado às famílias, no contexto das medidas socioeducativas em meio aberto. Quanto à relevância científica, a presente pesquisa trouxe à discussão uma temática por vezes pouco abordada na literatura nacional, trazendo visibilidade à questão do atendimento às famílias de

adolescentes que cumprem liberdade assistida. O formulário eletrônico de coleta de respostas apresentou-se como instrumento de pesquisa bastante útil e viável, possibilitando um espaço de expressão, ainda que virtual, aos profissionais da área. Somente conhecendo a realidade tal e qual ela se nos apresenta, é possível avaliá-la e traçar novos rumos.

Como uma das limitações da pesquisa, aponta-se a ausência da percepção dos próprios usuários do serviço. Sugere-se, portanto, para estudos futuros, investigar o atendimento familiar na perspectiva das próprias famílias. Reconhece-se igualmente a limitação imposta pela escolha feita de se investigar somente a realidade do meio aberto no Distrito Federal. Seria interessante que novas pesquisas se debruçassem acerca do atendimento familiar ofertado no contexto do meio aberto brasileiro, identificando diferenças, similaridades e construindo novas propostas de ação.

Referências

- Almeida, B. B. de, & Müller, A. (2014). Jardim de flores: uma experiência com grupos de famílias no contexto da socioeducação. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 49, 73-87.
<https://www.revistanps.com.br/nps/article/view/67>
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Edições 70.
- Biasoli-Alves, Z. M. (2001). Crianças e adolescentes: a questão da tolerância na socialização das gerações mais novas. In Z. M. Biasoli-Alves & R. Fischman (Orgs.), *Crianças e adolescentes: construindo uma cultura da tolerância* (pp. 79-93). EDUSP.
- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- Brasil. (2012). *Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo: Lei nº 12.594*
<http://www.conselhodacrianca.al.gov.br/sala-de-imprensa/publicacoes/sinase.pdf>
- Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2016). *Caderno de Orientações Técnicas: Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto*.

http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/caderno_MSE_0712.pdf

Brito, L. M. T. de. (2007). Liberdade assistida no horizonte da doutrina de proteção integral.

Psicologia: Teoria e Pesquisa, 23(2), 133-138. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722007000200003>

Carlos, F. De, & Zaniolo, L. O. (2010). Intervenções psicológicas no sistema familiar de

adolescentes em liberdade assistida: Relatos de experiência. *Revista de Ciências Humanas*, 44(2), 451-464. <https://doi.org/10.5007/2178-4582.2010v44n2p451>

Carvalho, S. R. (2004). Os múltiplos sentidos da categoria “empowerment” no projeto de

Promoção à Saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, 20(4), 1088-1095.

<https://doi.org/10.1590/S0102-311X2004000400024>

Castro, A. L. S., & Guareschi, P. (2008). Da privação da dignidade social à privação da

liberdade individual. *Psicologia & Sociedade*, 20(2), 200-207.

<https://doi.org/10.1590/S0102-71822008000200007>.

CONANDA (2006). *Resolução n.º 119 de 11 de dezembro de 2006*. Dispõe sobre o Sistema

Nacional de Atendimento Socioeducativo e dá outras providências.

<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=104396>

Conselho Federal de Psicologia (2012). *Referências técnicas para atuação em Medidas*

socioeducativas em Meio Aberto. http://crepop.pol.org.br/5794_referencias-tecnicas-para-atuacao-de-psicologasos-em-programas-de-medidas-socioeducativas-em-meio-aberto-2012

Costa, L. F. (1999). Possibilidade de criação de um contexto educativo: Grupos

multifamiliares. *Linhas Críticas*, 4(7-8), 159-174.

<https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/2736>

Costa, L. F. (2011). Participação de famílias no Grupo Multifamiliar de adolescentes

ofensores sexuais: Vergonha e confiança. *Psicologia Clínica*, 23(1).

<https://doi.org/10.1590/S0103-56652011000100012>

Costa, L. F., Penso, M. A., & Almeida, T. M. C. de. (2005). O Grupo Multifamiliar como um método de intervenção em situações de abuso sexual infantil. *Psicologia USP*, 16(4). <https://doi.org/10.1590/S0103-65642005000300007>

Costa, L. F., Almeida, T. M. C. de., Ribeiro, M. A., & Penso, M. A. (2009). Grupo multifamiliar: Espaço para a escuta das famílias em situação de abuso sexual. *Psicologia em Estudo*, 14(1), 21-30. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722009000100004>

Costa, L. F., Penso, M. A., Sudbrack, M. F. O., & Jacobina, O. M. P. (2011). Adolescente em conflito com a lei: O relatório psicossocial como ferramenta para promoção do desenvolvimento. *Psicologia em Estudo*, 16(3), 379-387. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722011000300005>

Cruz, L. R. da, Welzbacher, A. I., Freitas, C. L. S. de, Costa, L. X. S. da & Lorini, R. A. (2010). Medidas socioeducativas em meio aberto no município de Santa Cruz do Sul/RS: Entre as diretrizes legais e as políticas sociais públicas. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 5(1), 112-119. <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-617534>

Distrito Federal. (2013). *Projeto político pedagógico nas medidas socioeducativas do Distrito Federal – Meio Aberto*. http://www.crianca.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/ppp_meio_aberto_secrianca.pdf

Distrito Federal. (2014). *Portaria nº 374, de 20 de outubro de 2014*. Brasília. <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/79042492/dodf-secao-01-28-10-2014-pg-19>

Distrito Federal. (2016). *I Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Distrito Federal – PDASE*. Brasília. <http://www.crianca.df.gov.br/plano-decenal-do-socioeducativo/>

Distrito Federal. (2017). *Lei nº 5.870, de 26 de maio de 2017.*

http://www.sinj.df.gov.br/sinj/DetalhesDeNorma.aspx?id_norma=9bb9aadb0e4045a8bc1962e995c2e585

Flick, U. (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa* (3a ed.). Artmed.

Freitas, T. P. de. (2011). Serviço Social e medidas socioeducativas: O trabalho na perspectiva da garantia de direitos. *Serviço Social & Sociedade*, 105, 30-49.

<https://doi.org/10.1590/S0101-66282011000100003>

Furtado, H. P. P., & Braga, C. M. L. (2011). Programa escola de pais: Uma proposta de intervenção junto a pais de adolescentes institucionalizados. *Serviço Social em Revista*,

14(1), 145-172 <https://doi.org/10.5433/1679-4842.2011v14n1p145>

Gallo, A. E., & Williams, L. C. de A. (2009). Adolescentes em conflito com a lei: Uma comparação entre Brasil Canadá. *Revista da Faculdade de Direito – UFPR*, 49, 141-156.

<http://dx.doi.org/10.5380/rfdufpr.v49i0.7254>

Gomes, C. P., Silva, P. A., & Pessini, M. A. (2011). A nova configuração familiar: A família contemporânea usuária das políticas públicas. *Akrópolis Umuarama*, 19(2), 101-114.

<https://doi.org/10.25110/akropolis.v19i2.3962>

Jacobina, O. M. P., & Costa, L. F. (2011). Da medida protetiva à socioeducativa: O registro da (des)proteção. *Revista Psicologia Política*, 11(21), 123-139.

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2011000100010&lng=pt&tlng=pt

Medeiros, F. C. de, & Paiva, I. L. de. (2015). A convivência familiar no processo socioeducativo de adolescentes em privação de liberdade. *Estudos & Pesquisas em Psicologia*, 15(2), 568-586.

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812015000200008&lng=pt&tlng=pt

- Monte, F. F. de C., Sampaio, L. R., Filho, J. S. R. & Barbosa, L. S. (2011). Adolescentes autores de atos infracionais: Psicologia moral e legislação. *Psicologia & Sociedade*, 23(1), 125-134. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822011000100014>
- Moreira, J. de O., Albuquerque, B. S. de, Rocha, B. F., Rocha, P. M. da, & Vasconcelos, M. A. M. (2015). Plano Individual de Atendimento (PIA) na perspectiva dos técnicos da semiliberdade. *Serviço Social & Sociedade*, 122, 341-356. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.026>
- Munhoz, S. R. (2017). A voz das famílias e as vozes sobre as famílias em um núcleo de medidas socioeducativas em meio aberto. *Mana*, 23(1), 109-135. <http://dx.doi.org/10.1590/1678-49442017v23n1p109>
- NAI é implantado no Distrito Federal. Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. <https://www.mpdft.mp.br/portal/index.php/comunicacao-menu/noticias/noticias-2013/5954-nai-e-implantado-no-distrito-federal>
- Nardi, F. L., & Dell'Aglio, D. D. (2012). Adolescentes em conflito com a lei: Percepções sobre a família. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 28(2), 181-192. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722012000200006>
- Negreiros, T. C. de G. M., & Féres-Carneiro, T. (2004). Masculino e feminino na família contemporânea. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 4(1), 00-0. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812004000100004&lng=pt&tlng=pt
- Nunes M., Ferriani, M. das G. C., Malta, D. C., Oliveira, W. A., & Silva, M. A. I. (2016). Rede social de adolescentes em liberdade assistida na perspectiva da saúde pública. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 69(2), 298-306. <https://doi.org/10.1590/0034-7167.2016690213i>
- Padilha, C. dos S., & Oliveira, W. F. de. (2012). Terapia comunitária: Prática relatada pelos

- profissionais da rede SUS de Santa Catarina, Brasil. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, 16(43), 1069-1083. <https://doi.org/10.1590/S1414-32832012005000044>
- Passamani, M. E., & Rosa, E. M. (2009). Conhecendo um programa de liberdade assistida pela percepção de seus operadores. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 29(2), 330-345. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932009000200010&lng=pt&tlng=pt
- Perez, A. M., Paiva, A. R. de, Campos, D. de S., & Passos, R. G. (2018). Matricialidade sociofamiliar: Tensões e contradições na assistência social brasileira. *Revista de Políticas Públicas*, 22, 1665-1682. <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/9885>
- Polejack, L., & Seidl, E. M. F. (2015). Oficinas baseadas em metodologias participativas. *Prevenção e promoção em saúde mental: fundamentos, planejamento e estratégias de intervenção* (pp. 264-283). Editora Sinopsys
- Predebon, J., & Giongo, C. (2015). A família com filhos adolescentes em conflito com a lei: Contribuições de pesquisas brasileiras. *Pensando Famílias*, 19(1), 88-104. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2015000100008
- Romanelli, G. (2016). Famílias e escolas: Arranjos diversos. *Revista Pedagógica*, 18(38), 78-96. <https://doi.org/10.22196/rp.v18i38.3388>
- Rossato, L., & Souza, T. M. C. (2014). Psicologia e adolescentes em conflito com a lei: Reflexões a partir do estágio. *Revista da SPAGESP*, 15(1), 112-122. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702014000100009
- Sarti, C. A. (1999). Família e jovens no horizonte das ações. *Revista Brasileira de Educação*, 11, 99-109. https://anped.org.br/sites/default/files/rbe/files/rbe_11.pdf

- Secretaria de Justiça e Cidadania. Gerências de atendimento em meio aberto. (2020, fevereiro). *Extrato estatístico*. Brasília: Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal [disponibilidade restrita].
- Siqueira, M. M. N. da T. (2008). Famílias: Uma experiência do trabalho com grupo. *Revista Ciências Humanas*, 1(2), 1-14.
- Schenker, M., & Minayo, M. C. de S. (2003). A implicação da família no uso abusivo de drogas: Uma revisão crítica. *Ciência & Saúde Coletiva*, 8(1), 200-306.
<https://doi.org/10.1590/S1413-81232003000100022>
- Takashima, G. M. (2011). O desafio da política de atendimento à família: Dar vida às leis – uma questão de postura. In *Família brasileira, a base de tudo* (pp. 77-92). Unicef.
- Tulio, E. C., Stefanelli, M. C., & Centa, M. de L. (2000). Vivenciando a visita domiciliar apesar de tudo. *Família, Saúde e Desenvolvimento*, 2(2), 71-79.
<http://dx.doi.org/10.5380/fsd.v2i2.4923>
- Veronese, J. R. P., & Lima, F. da S. (2009). O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase): Breves considerações. *Rev. Bras. Adolescência e Conflitualidade*, 1(1), 29-46. <https://doi.org/10.17921/2176-5626.n1p%25p>
- Wachelke, J., Natividade, J., Andrade, A. de, Wolter, R., & Camargo, B. (2014). Caracterização e Avaliação de um Procedimento de Coleta de Dados *Online* (CORP). *Avaliação Psicológica*, 13(1), 143-146.
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712014000100017&lng=pt
- Wagner, A., & Levandowski, D. C. (2008). Sentir-se bem em família: Um desafio frente à diversidade. *Textos & Contextos*, 7(1), 88-97.
<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/3940>
- Zappe, J. G., & Dias, A. C. G. (2012). Violência e fragilidades nas relações familiares:

Refletindo sobre a situação de adolescentes em conflito com a lei. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 17(3), 389-395. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2012000300006>

Manuscrito 3 - Atendimento Familiar e Liberdade Assistida à Luz da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano⁴

Resumo: O acompanhamento em liberdade assistida enfatiza a vida social do adolescente, com vistas ao estabelecimento de relações positivas, o que inclui um atendimento voltado às famílias. Esta pesquisa teve como objetivos identificar desafios e potencialidades do atendimento familiar, na perspectiva de profissionais que executam a medida de liberdade assistida no Distrito Federal, além de articular características desse atendimento aos pressupostos da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano. Realizou-se um grupo focal com a participação de 06 profissionais que atuam na medida de liberdade assistida no Distrito Federal. Para análise dos dados, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo. Os resultados apontaram a sensibilidade e a angústia dos profissionais frente às demandas e à carga aflitiva das famílias, além da complexidade que envolve o próprio atendimento e a identidade profissional. Também indicaram o potencial das interações com as famílias na promoção de resultados de competência. Como relevância social e científica, o presente estudo traz a possibilidade de se oportunizar um espaço de escuta aos profissionais da área, além de fomentar discussões capazes de subsidiar políticas públicas, contribuindo para aproximações sucessivas entre teoria e prática. Pesquisas futuras poderiam incluir os familiares dos adolescentes, de modo a investigar as percepções dos usuários do serviço.

Palavras-chave: liberdade assistida, atendimento familiar, Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano

⁴ Artigo submetido a periódico científico.

Abstract: Accompanying supervised freedom is to emphasize the offender's social life, with a view to establishing positive relationships, including family-oriented support. The research aimed to identify challenges and potential of the family support service, from the perspective of professionals who carry out supervised freedom in Distrito Federal; and articulate characteristics of family support to the assumptions of the Bioecological Theory of Human Development, BTHD. A focus group was held with the participation of six professionals who work with assisted freedom in Distrito Federal. For data analysis, the content analysis technique was used. The results showed the sensitivity and anguish of professionals in the face of the demands and the distressing burden of the families, in addition to the complexity that involves the support itself and the professional identity. They also indicated the potential of interactions with families in promoting competency results. As a social and scientific relevance, this study brings the possibility of provide a space for listening to professionals in the area, besides fostering discussions capable of subsidizing public policies, contributing to successive approximations between theory and practice. Future research could include the offenders' family members, to investigate the perceptions of service users.

Keywords: supervised freedom, family support, Bioecological Theory of Human Development

Às medidas socioeducativas em meio aberto são vinculados adolescentes que permanecem em liberdade, muitas vezes residindo com suas próprias famílias, inseridos no convívio comunitário mais amplo. De acordo com a Resolução nº. 119 (CONANDA, 2006), ao mesmo tempo em que estabelecem restrições legais e buscam, portanto, responsabilizar os adolescentes pelo ato infracional praticado, as medidas socioeducativas configuram um conjunto de ações com vistas à formação cidadã, o que inclui, dentre outros aspectos, um trabalho voltado ao convívio familiar e comunitário. O processo de acompanhamento e de orientação na medida de liberdade assistida deve enfatizar a vida social do adolescente, de modo a possibilitar o estabelecimento de relações positivas, base de sustentação para sua integração na sociedade, daí a importância do atendimento voltado às famílias desses adolescentes.

Tanto a Resolução nº. 119 (CONANDA, 2006), que estabelece parâmetros para implementação das medidas socioeducativas, quanto a Lei nº 12.594/2012, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE (Brasil, 2012), preveem a participação das famílias no processo ressocializador do adolescente. De acordo com a Resolução nº 119, a participação da família e da comunidade corresponde a uma das diretrizes pedagógicas que devem fundamentar o programa de atendimento.

O trabalho com famílias, em qualquer que seja o contexto, requer o reconhecimento das transformações sociais ocorridas nos últimos tempos. Inúmeros estudos mencionam os impactos de tais mudanças nas configurações familiares (Lins et al., 2015; Wagner & Levandowski, 2008; Cardoso et al., 2009; Leme et al., 2013), não sendo mais possível se referir a um padrão único e tradicional de família.

Para Wagner e Levandowski (2008), com o surgimento dos novos arranjos, não é mais possível uma definição de grupo familiar pautada apenas nos laços de consanguinidade e parentesco. Apesar de tantas mudanças, no entanto, as autoras destacam que as famílias

permanecem na condição de espaço privilegiado de formação, detendo a função básica de proteção, cuidado e desenvolvimento dos filhos. Salientam ainda que o resgate e o fortalecimento do vínculo entre pais e filhos configuram-se como um dos aspectos fundamentais para que a família siga cumprindo sua função, como principal célula social.

Respaldados pelo paradigma crítico-dialético, alguns outros estudos contrapõem-se a essa concepção idealizada da função das famílias e afirmam que nem sempre elas dispõem das condições básicas necessárias para proteger seus membros e arcar com as exigências que lhes são impostas pela sociedade contemporânea (Teixeira & Oliveira, 2018; Miotto, 2010; Teixeira, 2010). Para Miotto (2010), a responsabilidade pela proteção social de seus membros não se restringe às famílias e está condicionada ao acesso à renda, assim como a bens e serviços de caráter universal e de qualidade, assegurados por meio de políticas públicas.

Dada a complexidade das medidas socioeducativas e, mais especificamente, do atendimento familiar no contexto da liberdade assistida, a presente pesquisa se fundamenta na Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano – TBDH. Acredita-se que, por se tratar de uma teoria contextualista, ao levar em conta os diversos aspectos da realidade, a TBDH possa trazer uma visão sistêmica e, portanto, integrativa, sobre a temática do atendimento familiar.

Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano

Na condição de teoria contextualista, a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano - TBDH, de Urie Bronfenbrenner, considera que o contexto exerça influência sobre o desenvolvimento da pessoa, mas não que o determine (Tudge, 2008), assim como admite que os processos de interação, as características pessoais do sujeito em desenvolvimento, as características do contexto em que a pessoa está inserida e o tempo histórico se influenciem mutuamente (Lordello & Oliveira, 2012; Rosa & Tudge, 2013). Para uma melhor compreensão da TBDH, é preciso levar em conta quatro conceitos-chave: processo, pessoa, contexto e tempo (Prati et al., 2007).

Os processos proximais, considerados os motores do desenvolvimento (Bronfenbrenner, 2012), são também definidos como padrões de interação recíproca, cada vez mais complexos, entre a pessoa e o ambiente imediato (Leme et al., 2016). A pessoa em desenvolvimento possui características que são determinadas biopsicologicamente e características que são resultantes das interações com o ambiente (Bronfenbrenner, 2012; Leme et al., 2016). O contexto é definido como o ambiente ecológico no qual se dá o desenvolvimento da pessoa (Bronfenbrenner, 2012) e é composto por sistemas interdependentes. O contexto imediato em que ocorrem os processos proximais é chamado de microsistema. Às relações entre os microsistemas é dado o nome de mesossistema. Exossistema define o ambiente não frequentado pela pessoa, mas que afeta seu desenvolvimento. Já o sistema mais remoto, composto pelo sistema político, econômico, assim como pelos valores e crenças compartilhados pelos membros de uma determinada cultura, recebe o nome de macrosistema (Leme et al., 2016). O quarto e último elemento da teoria, o tempo, envolve continuidades e mudanças nas características da pessoa, ao longo do seu curso de vida, assim como estabilidades e mudanças sociais, econômicas, políticas, culturais, no decorrer das gerações (Leme et al., 2016). Considera-se, portanto, que o desenvolvimento seja influenciado pelo momento histórico vivido (Bronfenbrenner, 2012; Tudge & Rosa, 2020).

Para além dos aspectos conceituais e metodológicos da TBDH, Bronfenbrenner manifestou sua preocupação com a possibilidade de que os estudos oferecessem suporte às políticas públicas. Desta forma, eles poderiam contribuir para melhorar a vida das pessoas (Santos & Böing, 2018; Bronfenbrenner, 2012).

O presente estudo parte do seguinte problema: considerando que os dispositivos legais (Brasil, 2012; CONANDA, 2006) preconizam a participação das famílias no processo socioeducativo dos adolescentes e que há concepções diversas quando se trata de famílias e de trabalho com famílias, de que maneira a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano –

TBDH pode contribuir para a compreensão da importância do atendimento familiar no contexto da liberdade assistida? Os objetivos desta etapa da pesquisa são: (a) Identificar desafios e potencialidades do atendimento familiar, na perspectiva de profissionais que executam a medida de liberdade assistida no Distrito Federal; (b) Articular características do atendimento familiar aos pressupostos da TBDH.

Método

Participantes

Participaram do grupo focal 06 profissionais que atuam na medida de liberdade assistida, lotados em 06 diferentes GEAMAs – Gerência de Atendimento em Meio Aberto – do Distrito Federal. Os participantes foram recrutados mediante adesão voluntária e o único critério adotado foi o de que deveriam ser profissionais que atuassem diretamente no atendimento às famílias. Foram 04 participantes do sexo feminino e 02 do sexo masculino, dentre os quais: 03 assistentes sociais, 02 psicólogos e 01 agente socioeducativo.

Tabela 5: Caracterização dos participantes da pesquisa

Faixa etária	De 21 a 30 anos	03
	De 31 a 40 anos	02
	De 41 a 50 anos	01
Sexo dos respondentes	Sexo feminino	04
	Sexo masculino	02
Cargo/especialidade	Assistentes sociais	03
	Psicólogos	02
	Agente socioeducativo	01
Tempo de atuação no sistema socioeducativo	Até 05 anos	03
	De 06 a 10 anos	01
	De 11 a 15 anos	02

Instrumentos

Empregou-se um roteiro de questões norteadoras a fim de guiar a discussão e assegurar o debate sobre a temática em foco. As questões do grupo focal buscaram mobilizar os participantes para que descrevessem o atendimento familiar, abordassem as demandas mais

comumente apresentadas pelas famílias, além de destacar desafios e potencialidades vislumbrados em relação a esse tipo de atendimento.

Cuidados Éticos

A pesquisa, aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília – CEP/IH, CAAE 04336818.0.0000.5540, e autorizada pela Subsecretaria do Sistema Socioeducativo – SUBSIS, seguiu os princípios éticos preconizados pelo Conselho Nacional de Saúde. Aos participantes foi disponibilizado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, assim como lhes foram assegurados o sigilo e o direito de interromper a participação a qualquer tempo. Em caso de mobilização de algum participante quanto ao tema, foi oferecido um espaço de escuta privada. Não houve, no entanto, procura, o que sugeriu ausência de risco ao longo do processo de pesquisa.

Procedimentos

Após articulação junto à Coordenação de Semiliberdade e Meio Aberto – COORSEMA e à Diretoria do Meio Aberto – DIMA, ambas estruturas integrantes da SUBSIS, avaliou-se que seria possível recrutar participantes dentre os servidores que compunham um Grupo de Trabalho que estava atuando na elaboração de parâmetros para o atendimento socioeducativo em meio aberto. Antes da apresentação das questões norteadoras, os participantes receberam as orientações necessárias e formalizaram o consentimento para gravação em áudio.

A escolha pelo grupo focal se deu por sua perspectiva interacionista, em um espaço marcado pela intersubjetividade (Flick, 2009; Kind, 2004). Por meio do grupo focal, é possível compreender processos de construção da realidade, práticas cotidianas, comportamentos e atitudes. Constitui-se uma técnica de baixo custo e rapidez na coleta dos dados, que permite o conhecimento de experiências, percepções, impressões, crenças, hábitos, valores, preconceitos, linguagens, simbologias, consensos e divergências prevalentes no trato de uma dada questão, por pessoas que partilham traços em comum (Gatti, 2005; Trad, 2009).

Análise de Dados

Durante o encontro do grupo focal, foi feita a gravação em áudio para posterior degravação na íntegra. Empregou-se como técnica a análise de conteúdo de Bardin (1977), seguindo-se as três etapas: pré-análise (organização e preparação do material), exploração do material (codificação dos dados brutos do texto), tratamento dos resultados obtidos (emprego da inferência e da interpretação), que deram origem às categorias que compõem os resultados a seguir.

Resultados e Discussão

As categorias empregadas na apresentação dos resultados são: (a) Aspectos técnico-operativos do atendimento familiar; (b) Demandas das famílias e sensibilidade dos socioeducadores; (c) Complexidade do atendimento familiar no contexto socioeducativo em meio aberto e da identidade profissional. Optou-se pela discussão paralela à apresentação das categorias no intuito de facilitar a articulação com os objetivos da pesquisa. Quanto aos desafios e às potencialidades do atendimento, estes foram abordados de forma transversal às três categorias acima elencadas, assim como as articulações com a TBDH. Para nutrir a análise, foram utilizados tanto fundamentação teórica quanto fragmentos das falas dos participantes do grupo focal, os quais, para fins de preservação da identidade, são identificados como P1, P2, P3, P4, P5 e P6.

Aspectos Técnico-operativos do Atendimento Familiar

A primeira categoria versou sobre as descrições procedimentais que envolvem o atendimento. Os detalhamentos sobre os aspectos operacionais mostraram as preocupações dos profissionais com a forma como estabelecem suas rotinas de atendimentos envolvendo familiares. De acordo com os profissionais, geralmente os atendimentos são feitos por família, ora com, ora sem a presença do adolescente, e relataram que pretendem organizar grupos multifamiliares nas GEAMAs em que trabalham ainda para o corrente ano. Merece atenção o

fato de que na GEAMA em que já ocorrem os grupos multifamiliares com uma periodicidade pré-estabelecida, estes são coordenados por um grupo de estagiários do curso de psicologia de uma universidade particular, e não pelos profissionais que nela atuam. Em outra GEAMA, a profissional relatou que, como forma de incentivo aos adolescentes, os familiares também são convidados a participar de algumas atividades coletivas, tais como passeios, por exemplo.

Em se tratando de intervenções com famílias em contexto de grande complexidade, a literatura sugere que se dê preferência ao atendimento em grupo (Costa et al., 2013). A esse respeito, os autores afirmam que o planejamento é essencial e, por esta razão, preconizam a criação de protocolos de atendimento.

Os participantes relataram que, logo no início do cumprimento da medida, a família é convocada para um acolhimento e preenche-se um instrumental com informações que irão subsidiar os atendimentos seguintes. Além do atendimento presencial, a equipe pode realizar visitas domiciliares e contatos telefônicos. Visitas institucionais também são previstas, especialmente em caso de encaminhamento do adolescente e/ou da família para inserção em serviços ofertados pela rede socioassistencial, educacional, de saúde. Os profissionais podem, portanto, realizar visitas a instituições como CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social, CAPS – Centros de Atenção Psicossocial, escolas, Conselho Tutelar.

De acordo com os profissionais, nem sempre as famílias podem comparecer aos atendimentos: seja porque a GEAMA se situa em um local distante e as famílias não dispõem de recursos financeiros para custear o transporte, seja porque o horário coincide com o horário de trabalho dos pais ou responsável. Em alguns casos é feito o empréstimo de cartões de ônibus, mas nem sempre há disponibilidade para todos que necessitam. De modo geral e a despeito das adversidades já mencionadas, as famílias tentam comparecer aos atendimentos.

(P3) É... tem essa dificuldade de locomoção da família e também do trabalho, muitas vezes. (...) algumas vezes a gente opta pela visita domiciliar, até pra gente conseguir

acessar todos os familiares, não apenas a mãe, que normalmente é quem vai lá acompanhar.

As dificuldades relatadas pelos profissionais dialogam com alguns apontamentos de Takashima (2011), ao analisar políticas de atendimento às famílias. A autora conclui que há um descompasso no discurso político e destaca desde a escassez de recursos financeiros à localização espacial dos programas de atendimento, geralmente distantes da área de moradia das famílias. Nessa perspectiva, os resultados da presente pesquisa sugerem alguns questionamentos: poderia a flexibilização de horário minimizar, de alguma forma, a dificuldade de participação dos pais ou responsável? Quais estratégias, além das visitas domiciliares, poderiam ser adotadas, a fim de viabilizar o atendimento das famílias?

Os profissionais também reportaram dificuldades que vão desde a falta de recursos materiais nos locais em que trabalham, passando pela precariedade do espaço físico da própria GEAMA e o número de pessoas atendidas, alcançando questões macroestruturais (Bronfenbrenner, 2012), como a violência enfrentada pela população que vive na periferia.

(P6) É muito complicado por falta de recursos (...). Quantas vezes eu tirei do meu bolso pra fazer qualquer atividade!

(P5) Estrutura física, que é BEM [ênfase] precária pra você fazer um trabalho com a família, às vezes até coletiva, com vários familiares, às vezes não tem o espaço, ou às vezes o espaço é inadequado (...).

(P2) Eu acho também que existe uma dificuldade que daí eu acho que é da sociedade. A gente está inserido num contexto, que é a violência [a] que essas famílias estão submetidas, [a] que as periferias principalmente estão submetidas, então...

A dificuldade em transformar a determinação judicial em uma demanda de cunho psicossocial foi outro desafio destacado:

(P3) E aí entra uma grande dificuldade, porque é uma determinação judicial, ninguém

tem escolha, está todo mundo ali, a gente tem que transformar numa demanda. (...) d'uma coisa que seria só uma obrigação, numa coisa que pode vir a contribuir realmente naquela relação ali estabelecida.

A fala da profissional reflete o que Costa e Penso (2010) defendem acerca da necessidade de revisão do conceito de demanda, nos contextos de intervenções psicossociais. Para as autoras, os pedidos das famílias muitas vezes virão camuflados e até travestidos por necessidades mais concretas, como repasse de recursos financeiros, por exemplo. No contexto específico da socioeducação, a despeito e para muito além da obrigatoriedade judicial, é importante que o profissional, de forma bastante sensível, estabeleça um vínculo com a família e com o adolescente e os auxilie na compreensão do sentido mais amplo da medida (Costa et al., 2011).

O estabelecimento do vínculo tem início já no acolhimento e se fortalece durante a elaboração do Plano Individual de Atendimento – PIA, quando, então, busca-se compreender a realidade atual do adolescente a partir de diversos eixos (escolarização, esporte, cultura e lazer, profissionalização, saúde, relacionamento familiar, dentre outros). Por meio da análise dos diferentes microssistemas nos quais o adolescente se insere e da teia de relações que o envolve, metas são elaboradas de forma conjunta, envolvendo a equipe técnica, o adolescente, os pais ou responsável. Encaminhamentos também podem ser feitos à rede de apoio.

Os profissionais observam uma maior adesão dos adolescentes ao cumprimento da medida, quando estes percebem que as famílias demonstram interesse e que participam ativamente da experiência socioeducativa. Gomes e Conceição (2014), em um estudo que aborda os sentidos da trajetória de vida para adolescentes, destacam como fundamental o apoio da família ao processo de mudança dos adolescentes.

(P1) (...) A família é essencial no processo de ressocialização. (...) o ganho das famílias no atendimento é justamente essa parceria no processo (...) e a ruptura com a questão

infracional. A família é muito importante. Quando o adolescente vê que a família também está se envolvendo muito com a GEAMA, isso é um ganho absurdo.

(P2) E os pais são parceiros nesse processo da família cumprir, pro menino aderir (...).

A gente tá falando pro menino confiar na gente. Quanto mais o pai está do lado, mais o adolescente vê você como uma figura de confiança também.

A possibilidade de ouvir outros membros da família e de colher informações para melhor compreender a situação do adolescente é favorecida pelos atendimentos familiares:

(P5) (...) quando tem a família e o adolescente, é um outro atendimento. Porque às vezes o adolescente fala o que você quer ouvir, não é? Nem sempre é a verdade. Às vezes ele quer, ali, porque... o intuito dele é o quê? É ser liberado da medida. E aí às vezes você tem a versão da família que vem, aí você consegue formar o elo (...).

Conforme afirma o profissional, uma das preocupações do adolescente costuma ser a liberação da medida, ou seja, quando o juiz considera que ela tenha sido suficientemente cumprida. Em termos práticos, a legislação prevê que a medida de liberdade assistida será fixada pelo prazo mínimo de seis meses (Brasil, 1990). Observa-se que, além das características da pessoa e do contexto, o fator tempo é considerado elemento importante para que se avalie se houve mudanças ou permanências na vida do adolescente e das pessoas que o cercam, e quais encaminhamentos ainda podem ser feitos.

A concepção de microsistema que o meio aberto representa para esses adolescentes e suas famílias está presente nos detalhamentos técnico-operativos do atendimento familiar. Considerando que é no interior de um microsistema que ocorrem os processos proximais, a intenção dos profissionais é tentar prover condições para que os atendimentos alcancem efeitos de competência (Leme et al., 2016) como resultados de desenvolvimento. Vale lembrar, no entanto, que as cinco condições necessárias para que os processos proximais ocorram, de acordo com a TBDH, são: o engajamento, a regularidade no tempo, a crescente complexidade

das atividades, a interação com símbolos, objetos e pessoas e a reciprocidade dos vínculos (Lordello & Costa, 2014). Infere-se que questões como a dificuldade de as famílias comparecerem aos atendimentos, prejudicando a regularidade dos encontros, ou até mesmo a ausência de planejamento e de ações sistemáticas por parte dos profissionais quanto às ações voltadas ao atendimento familiar possam comprometer o estabelecimento e a qualidade dos processos proximais, lembrando, no entanto, que os quatro elementos da TBDH – processo, pessoa, contexto e tempo – atuam no desenvolvimento das pessoas envolvidas de forma sinérgica.

Demandas das Famílias e Sensibilidade dos Socioeducadores

O adolescente em cumprimento de liberdade assistida permanece comumente inserido em seu contexto familiar, que é o primeiro microssistema no qual ele interage e se desenvolve (De Antoni & Koller, 2010), além de inserido em sua comunidade de origem. Ambos os contextos são dignos de atenção por parte do profissional que o acompanha.

Os participantes da pesquisa relatam conflitos familiares, questões de saúde, falta de diálogo em casa e, em alguns casos, presença de violência doméstica, como alguns dos aspectos que requerem atenção durante os atendimentos. Os atendimentos familiares, a seu turno, constituem um espaço de diálogo e de reflexão, de orientação e de intervenção, com vistas ao fortalecimento dos vínculos. Ainda que o profissional não se sinta totalmente seguro e/ou suficientemente preparado a intervir na mediação de possíveis conflitos, há preocupação com a oferta de uma escuta empática e sem julgamento.

(P1) (...) esse atendimento, ele acontece muito na forma do acolhimento, dessa escuta empática, desse... do não julgamento, é... de estar ali mesmo acolhendo aquela família que tá em sofrimento (...).

(P3) para além das demandas com o adolescente, tem muitas demandas, é... da família no geral, é... situação de violência doméstica, assim, eu acho, é muito comum, trazerem

à tona essa vivência.

(P5) (...) às vezes a GEAMA é o único espaço em que eles [se] sentam pra conversar. Apesar de conviverem na mesma casa, não conversam, não [se] falam. (...) Mas eu acho que de qualquer forma fortalece os vínculos. Ainda que seja por meio de um conflito. Surgiu o conflito ali, mas isso aí... pelo menos foi um ponto ali que... que um escutou o outro.

Nardi e Dell’Aglío (2012) reconhecem a influência que a família exerce no desenvolvimento dos adolescentes e destacam a importância de ações que envolvam, além do próprio adolescente autor de ato infracional, a sua família. As autoras defendem que é preciso reforçar os vínculos com pessoas capazes de se constituírem fonte de apoio e proteção, favorecendo um desenvolvimento saudável. Da mesma forma, o Projeto Político Pedagógico das Medidas Socioeducativas no Distrito Federal – Meio Aberto, documento elaborado com a participação de servidores, a fim de organizar as ações no âmbito socioeducativo no Distrito Federal, ressalta o vínculo afetivo e a referência familiar como elementos essenciais à integridade física, psíquica e moral do adolescente (Distrito Federal, 2013).

Ainda que diferente no formato, alguns aspectos do atendimento familiar ilustrados pelas falas dos participantes remetem à pesquisa de Pratta e Santos (2007), em que os autores destacam a importância de programas de orientação para pais. O intuito desses programas, para além de oferecer apoio, é auxiliar os pais e instrumentalizá-los para melhor lidar com filhos adolescentes, mantendo-se como referência e suporte emocional.

Vale destacar que, ao mesmo tempo em que se considera a importância da oferta de apoio e de orientação às famílias, compreende-se que estas mesmas famílias tenham suas vivências entrelaçadas a tudo o que ocorre no contexto social mais amplo. Pesquisas indicam que, sob a influência neoliberal, o Estado tem retraído suas funções protetivas e as tem atribuído às famílias e à sociedade civil, o que tem trazido consequências negativas no âmbito das

políticas públicas adotadas (Teixeira & Oliveira, 2018; Scheinvar, 2006).

Os profissionais relatam ainda uma gama variada de fatores relacionados ao sofrimento e ao sentimento de impotência das famílias: fatores que vão desde o envolvimento do adolescente na ilicitude e os riscos advindos desse envolvimento, alcançando questões mais amplas, como as dificuldades de ordem socioeconômica.

(P1) As demandas, assim, que eu percebo, é... nas famílias, é muito um sofrimento, pelo processo que foi até a chegada à GEAMA. Tanto das audiências, ou então quando o filho ficou na internação provisória, que foi um sofrimento muito grande, e essa preocupação de que, no final, se ela não conseguir dar conta do filho, a, a, família, [o adolescente] pode acabar morrendo mesmo, sabe, nas mãos do tráfico de drogas, é, em roubo. Também tem essa, essa demanda financeira, mas igual já falaram, tem... geralmente essas famílias já estão incluídas em programa de governo ou estão, sim, com o benefício bloqueado. Mas eu vejo que o sofrimento é esse, que tem coisas que fogem do controle deles e que não podem fazer nada.

Nas famílias monoparentais chefiadas por mulheres, o que se observa é uma sobrecarga decorrente da responsabilidade tanto pelo sustento da família quanto pela educação dos filhos. Essa sobrecarga é relatada pelos profissionais, ao mencionar a fala de algumas mães carregada de cansaço, desânimo e sofrimento. Em havendo a possibilidade, o profissional tenta envolver os pais no processo. Apesar de se haver notado um aumento recente na presença dos pais nas GEAMA's, as mães ainda são as que mais comparecem.

(P6) (...) normalmente essas famílias são monoparentais, formadas mais pelas mães, pelas mulheres e... quando o pai existe, está vivo, de alguma forma ainda tem contato com o adolescente, eu tento também envolvê-lo, é... ter essa estratégia de não colocar o peso só na mãe, só na mulher.

(P5) É, o que eu vejo é essa demanda afetiva, das aflições das mães... ou do

responsável – eu estou falando as mães porque é a maioria, do sexo feminino, que comparece pro atendimento, mas de um tempo pra cá, eu acho que mais alguém pode falar isso, eu não sei se na unidade de vocês também aumentou, é, eu vejo que tem mais pais participativos hoje do que era antigamente (...).

(P6) Normalmente essa fala de que a mãe não está mais dando conta, que ela não consegue ter controle sobre o filho, que ela precisa de ajuda ou que ela simplesmente quer desistir e não ser cobrada, não se envolver (...). E aí a gente tenta fazer esse trabalho, de lá e de cá com... com os adolescentes e... enfim, é... usar essa medida pra cobrá-lo de outra forma, falar: “Não é só sua mãe que quer. Você aqui tem uma, uma questão também, em relação ao ato que você cometeu e você tem suas obrigações e tal e tal, tem consequências”.

Tais achados encontram consonância na ideia difundida na literatura de que as inúmeras transformações no contexto societário mais amplo acarretaram alterações nos arranjos familiares (Moraes, 2014; Cúnico & Arpini, 2014; Carvalho & Almeida, 2003). Nas famílias monoparentais femininas, a dupla jornada de trabalho e a falta de apoio do ex-companheiro podem contribuir para que a mulher acumule funções e se sinta sobrecarregada (Cúnico & Arpini, 2014). Além da sobrecarga, a necessidade extrema de trabalhar devido à precariedade das condições de subsistência pode acarretar o afastamento da vida cotidiana dos filhos (Costa & Marra, 2013). Atrelado a isso, houve um aumento na transferência de responsabilidades para as famílias enquanto mecanismo de proteção social, sem que houvesse a oferta do suporte necessário por parte do Estado (Teixeira & Oliveira, 2018; Carvalho & Almeida, 2003; Scheinvar, 2006). Sob as lentes da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, tais aspectos compõem o macrosistema e evidentemente exercem influência nos processos proximais das famílias e dos adolescentes (Bronfenbrenner, 2012).

Assim como a rede de apoio possui suas limitações, as famílias também possuem uma

série de dificuldades que podem comprometer o seu engajamento: questões que vão desde as mais materiais e objetivas – como a falta de recursos para custear o transporte ou a incompatibilidade de horários –, às questões de ordem subjetiva, que envolvem o que a TBDH denomina de características da pessoa – como a indisposição para se dedicar às atividades individuais ou coletivas dos atendimentos ofertados. Ambas as questões podem sofrer a influência de fatores externos. A indisposição de algumas famílias, por exemplo, pode decorrer da própria descrença na efetividade das instituições. Sobre as características da pessoa, estas são chamadas de características de forças disruptivas quando impedem ou interrompem os processos proximais (Rosa & Tudge, 2013; Bronfenbrenner, 2012).

Quanto às potencialidades do atendimento familiar, um aspecto comum na fala dos participantes do grupo focal diz respeito à necessidade que as famílias demonstram de serem ouvidas, aliada à possibilidade de oferta de uma escuta empática e sem julgamento (Ferrari, 2009), o que muitas vezes parece trazer algum tipo de alívio às famílias.

(P5) (...) a gente oferece a escuta, na realidade, pra família, e esses encaminhamentos, então eu acho que isso faz a diferença. (...) Às vezes ela fala: “Ai, nossa, eu estou bem.”, “Ah, que bom!”, “Ah, estou me sentindo mais leve!”. Ótimo, que seja um espaço de escuta!

Quando o profissional menciona a oferta de uma escuta empática e sem julgamento por parte da equipe técnica, aliada à abertura e à capacidade de verbalizar assuntos que geram angústia por parte das famílias, evidencia-se o que Bronfenbrenner denomina de forças geradoras. As forças geradoras são características da pessoa que viabilizam o engajamento em atividades, sejam estas individuais ou coletivas (Leme et al., 2016), ou seja, são aquelas que incitam ou sustentam os processos proximais (Rosa & Tudge, 2013), podendo favorecer o desenvolvimento das pessoas envolvidas. Um olhar mais crítico sobre a necessidade exacerbada que as famílias têm de serem ouvidas, no entanto, leva a pensar que essa

necessidade decorra do fato de elas não terem encontrado esse espaço anteriormente nos serviços de atendimento público e a fala da profissional corrobora esta hipótese:

(P3) (...) agora [ênfase] eles estão sendo vistos pelo Estado. Então agora [ênfase] alguém pode fazer alguma coisa (...).

Além de serem ouvidos, os profissionais mencionam o potencial dos atendimentos para que os membros da família possam se ouvir uns aos outros e, mais do que isso, para que possam se enxergar uns aos outros.

(P5) E aquele espaço é um espaço onde eles conseguem realmente conversar (...).

(P6) Só de você falar: “Não, mas olha, seu filho é inteligente, ele é isso, ele é aquilo”, a pessoa já... acho que ela nunca nem ouviu aquilo de alguém, entendeu? (...) “Nossa, então meu filho é inteligente?! Tipo, caramba!”. O menino às vezes nunca ouviu elogio na vida: nem dos pais, nem da escola, nem de ninguém.

A esse respeito, a literatura aponta que, por meio da participação efetiva, mediante um diálogo construtivo e o resgate do sentido da medida socioeducativa, família e adolescente podem reconfigurar suas relações (Costa et al., 2011). Ademais, de acordo com a TBDH, as características da pessoa se apresentam na forma de forças, recursos e demandas. As características de forças, quando se apresentam como generativas, são responsáveis por iniciar ou sustentar os processos proximais (Leme et al., 2016). A partir da fala do P6, infere-se que os profissionais são capazes de reconhecer, por vezes mais que a própria família, os recursos biopsicológicos construídos pelos adolescentes em sua trajetória, contribuindo para legitimá-los no microsistema familiar. Ao mesmo tempo em que contribuem para ressignificar a forma como os pais enxergam seus filhos, os processos proximais decorrentes da interação com a equipe de atendimento podem favorecer o fortalecimento de crenças autorreferenciadas essenciais à construção da identidade do adolescente, como autoconceito, autoestima e autoeficácia (Rodríguez & Damásio, 2014).

Complexidade do Atendimento Familiar no Contexto Socioeducativo em Meio Aberto e da Identidade Profissional

Um aspecto importante que emergiu no grupo focal foi a própria complexidade do atendimento familiar no contexto socioeducativo, o que pode, por vezes, deixar o profissional confuso sobre seu papel:

(P4) Eu noto que um dificultador pra o atendimento familiar (...) é também a nossa percepção. (...) e qual é a nossa função em frente à família. (...) muitas vezes a gente vai atuando e vai chegando numa seara que você às vezes até desconhece qual que é a finalidade daquilo. (...) essa percepção do profissional enquanto, é, socioeducador, e como ele pode atuar e fazer esse contato entre as diversas áreas de atuação e o adolescente, que eu imagino que está no centro, que também é beneficiário central, ali, beneficiário, é, direto da nossa atuação, mas a família, os pais, os irmãos, as pessoas que estão em volta também necessitam de amparo e aí a gente [se] depara com essa situação, de a gente demandar os serviços e às vezes não ter esse acesso (...)

O profissional demonstra que há o reconhecimento da necessidade de atendimento às diversas demandas trazidas pela família, ao mesmo tempo em que compreende que o trabalho socioeducativo está centralizado no adolescente a quem foi aplicada a medida socioeducativa. Durante esse processo que, dentre outros propósitos, visa à garantia de direitos e à promoção social do adolescente e das famílias, o profissional será chamado a intervir em diversas frentes, a depender da demanda apresentada. Nesse ponto, a complexidade do atendimento socioeducativo lamentavelmente se depara com o que Carvalho e Almeida (2003) denominam de “rede social deficitária e precária”. Além da ineficiência da rede socioassistencial e da oferta de serviços, muitas vezes parciais e descontínuos (Finkler et al., 2011), os profissionais têm de lidar com a descrença das famílias quanto às ações do Estado.

(P1) (...) a família já está tão decepcionada com... essa área... a área pública, de não

conseguir resolver a situação no CREAS, não conseguir resolver a situação em hospitais, é... aí bate justamente com aquela questão da incompletude institucional, que deveria ter uma rede forte, não consegue, então quando entra lá na GEAMA, acha que vai ser igual a tudo que ela já viu.

(P5) (...) nós somos na realidade demandantes de serviços. A família já nem acredita mais na rede, porque já bateu em tantas portas e fala: “Ah, mais um, vou estar inserida em mais um contexto que não vai dar em nada.”

Por esta razão, em se tratando de atendimento às famílias, Teixeira (2010, p. 21) sugere uma metodologia capaz de articular “assuntos internos e externos à família, sem hipertrofiar um dos polos e sem cair em modelos psicologizantes, que levem em conta somente o indivíduo ou seu oposto, os generalistas de transformação social”. Desta forma, as intervenções não pretendiam ensinar as famílias a gerir seus conflitos, sob uma perspectiva disciplinadora, mas poderiam contribuir para que as famílias refletissem sobre sua própria realidade, conhecessem serviços e recursos do território, e até mesmo se mobilizassem em processos coletivos, na busca pela garantia de direitos (Teixeira, 2010).

Por vezes, os profissionais podem se sentir sobrecarregados com a carga aflitiva da família, dadas as dificuldades enfrentadas na lida com os filhos adolescentes e as expectativas que a família nutre em relação ao trabalho dos profissionais.

(P5) (...) a questão da aflição também, de não saber o que fazer com o filho. “Não sei o que fazer...”. E aí transfere pra gente uma, uma expectativa, uma angústia (...) como se a gente fosse um monte de salva-vidas. E aí isso traz um peso pro profissional que está atendendo. (...) Às vezes é muita responsabilidade, eu acho, para o profissional, dar conta daquela demanda.

Além de sobrecarregados com a carga aflitiva das famílias, conforme relato do mesmo participante, é possível inferir que, dadas as peculiaridades do público atendido e diante da

complexidade dos casos, por vezes os profissionais podem se sentir inseguros sobre como proceder diante dos conflitos que emergem durante os atendimentos, o que suscita a necessidade de uma formação qualificada.

(P5) (...) e às vezes na GEAMA, ali, (...) os dois ali, aí começa a surgir, até começa a lavagem de roupa suja. (...) E você como intermediador. (...). E aí, como é que você vai intermediar? Porque às vezes a gente não tem essa formação pra atuar. E aí? Eu intervenho aqui ou deixo eles lavarem a roupa suja aí? E daqui a pouco, eu faço um fechamento no final...

Ferrari (2009), em um relato de experiência de supervisão institucional oferecida à equipe técnica atuante em um serviço de atenção às famílias, assinala que os profissionais se sentem afetados emocionalmente pelas histórias que ouvem do público atendido. Situações-limite envolvendo risco social e dramas intensos despertam nos profissionais o dilema da impotência diante da realidade. Por esta razão, defende a necessidade de os profissionais disporem de um espaço de fala, a fim de partilharem suas próprias angústias e de refletirem sobre a própria prática. Dadas as similaridades entre o público atendido, é possível inferir que os profissionais atuantes em socioeducação vivenciem angústias semelhantes. Como bem ressaltam Costa et al. (2013), lidar com situações de sofrimento, que muitas vezes excedem a capacidade de compreensão e de aceitação do profissional e que exigem a adoção de uma posição não crítica em relação às pessoas atendidas, requer formação cuidadosa e qualificação continuada. Esses autores defendem que se invista na aquisição de habilidades, técnicas e recursos criativos, a fim de proporcionar um atendimento adequado às famílias em contexto de grande complexidade.

Oferecer acolhimento, conhecer a família e a teia de relações que a constitui, compreender o adolescente em sua totalidade, mediar conflitos e propiciar o diálogo, fortalecer vínculos, viabilizar a inserção em serviços ofertados pela rede, ainda que esta seja deficitária,

beneficiar a família como um todo por meio de um atendimento capaz de gerar entendimento, eis mais algumas potencialidades do atendimento familiar.

(P3) Eu acho que uma grande potencialidade é pela própria natureza do nosso trabalho, que ali, é, o sujeito, ele é... entendido na sua totalidade. Ali, a gente não está falando só do aspecto da saúde física ou só do aspecto socioeconômico, ou só da relação familiar. A gente tenta compreender aquele todo. (...) às vezes é uma questão de sofrimento psíquico, (...) às vezes uma inserção em um serviço de saúde consegue já melhorar o aspecto. Às vezes é um sofrimento pra acessar um CRAS, um CREAS ou outra instituição (...). Então eu acho que a maior potencialidade do nosso trabalho está aí. Inclusive, resgatar vínculos de afetividade e também de autoridade (...).

A fala da profissional nos remete às contribuições de Medeiros e Paiva (2015), quando as autoras ressaltam a necessidade de um trabalho de intervenção junto às famílias, capaz de contribuir para que elas reconheçam suas potencialidades de enfrentamento aos problemas e sofrimentos do cotidiano, a despeito do acesso, muitas vezes precário, a direitos sociais básicos. Especificamente acerca do resgate de vínculos de afetividade e da autoridade dos pais ou responsável, Furtado e Braga (2011) afirmam, ao avaliar a realidade de adolescentes em cumprimento de internação, que foi possível observar a fragilidade dos vínculos e a necessidade das famílias de um suporte, tanto emocional quanto informativo. Esse suporte poderia contribuir tanto para que os pais ou responsável pudessem melhor compreender os adolescentes, quanto para que pudessem atuar, da melhor maneira, em sua formação. Os dados desta pesquisa sugerem que, no contexto da liberdade assistida, tal suporte se faça igualmente necessário. Ainda nesse sentido, em estudo que trata de famílias, adolescência e drogadição, Guimarães, Costa, Pessina e Sudbrack (2009) defendem que a reaproximação do adolescente com seus pais seria o primeiro passo para que o adolescente pudesse transformar sua relação com a lei. Daí a necessidade de intervenções que invistam no resgate da autoridade parental e

favoreçam a redefinição dos relacionamentos familiares, de tal modo que os profissionais possam atuar como verdadeiras pontes entre os adolescentes e os pais ou responsável.

Tanto os profissionais que realizam os atendimentos, quanto os adolescentes e seus familiares influenciam o meio em que vivem e são por ele influenciados. Valores e crenças presentes na cultura ou subcultura, no âmbito do que a TBDH denomina de macrosistema, permeiam as relações estabelecidas e os atendimentos familiares estão, portanto, sujeitos às influências do contexto histórico vivido (Bronfenbrenner, 2012). Tanto a atuação dos profissionais quanto seu próprio processo de desenvolvimento influenciam e são influenciados pelo microsistema em que executam a medida, assim como pelo mesossistema, composto pela rede socioassistencial e os demais microsistemas nos quais os socioeducadores transitam. Os encaminhamentos das famílias para acompanhamentos diversos em outras instituições e serviços implicam na possibilidade de participação em outros microsistemas, nos quais serão estabelecidos novos processos proximais, ampliando-se, desta forma, as possibilidades de desenvolvimento.

A respeito do elemento tempo, Santos e Böing (2018) destacam que, além de estar presente ao se considerar o momento de vida do adolescente e de sua família, ele também se faz presente na análise do período de duração da própria medida socioeducativa. As autoras não fazem menção ao macrotempo, mas é possível expandir esta análise ao relacionar a legislação que ampara a execução das medidas socioeducativas, seja o ECA, seja o SINASE, ao tempo geracional, marcado por uma mudança paradigmática no que concerne à garantia de direitos, denominada Doutrina da Proteção Integral.

Ao suscitar novas interações com ambientes, pessoas e situações, ainda que por um período de tempo estabelecido, a medida socioeducativa pode ampliar o mundo de relações e de significados do adolescente e de sua família (Santos & Böing, 2018). À luz da TBDH, é possível inferir, portanto, que os processos proximais (Bronfenbrenner, 2012) advindos das

interações envolvendo profissionais, familiares e o próprio adolescente possam atuar como promotores de desenvolvimento, na medida em que provoquem mudanças e estabilidades capazes de reverberar tanto na melhora da qualidade das relações quanto nas próprias condições de vida das pessoas envolvidas.

Considerações Finais

Por meio desta pesquisa, foi possível identificar desafios e potencialidades do atendimento familiar, na perspectiva de profissionais que executam a medida de liberdade assistida no Distrito Federal, assim como articular características desse atendimento aos pressupostos da TBDH. Além de aspectos técnico-operativos do atendimento, os dados apontaram a necessidade de oferta de atendimentos em grupo, evidenciaram a sensibilidade e a angústia dos profissionais frente às demandas e à carga aflitiva das famílias, bem como a complexidade que envolve o próprio atendimento e a identidade profissional.

O recorte geográfico pode caracterizar uma limitação a esta pesquisa. Por esse motivo, sugere-se a realização de estudos que contemplem outras realidades, inclusive voltados ao conhecimento de experiências exitosas, nos diversos estados brasileiros. Pesquisas futuras poderiam incluir os familiares dos adolescentes, de modo a investigar as percepções dos usuários do serviço. Por se tratar de um estudo que vislumbra articulação com a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, um delineamento metodológico que buscasse investigar os quatro elementos pessoa, processo, contexto e tempo seria recomendado, com vistas a considerar a atuação sinérgica dos elementos no resultado do desenvolvimento. Compreende-se como relevância social e científica do presente estudo a possibilidade de se oportunizar um espaço de escuta aos profissionais que atuam na área, além de fomentar discussões capazes de subsidiar políticas públicas, com vistas à qualificação do serviço ofertado, contribuindo, assim, para aproximações sucessivas entre teoria e prática. Ao propor a TBDH como lente teórica, esta pesquisa se configura, sobretudo, um convite para que o

atendimento familiar no contexto socioeducativo em meio aberto seja pensado de maneira sistêmica.

A despeito da implicação de questões micro, meso e macroestruturais e das dificuldades mencionadas pelos profissionais, seus relatos permitem inferir, sobretudo, o quanto as interações com as famílias são capazes de promover resultados de competência (Bronfenbrenner, 2012). Ao propor uma visão sistêmica, apoiada na TBDH, espera-se que esta pesquisa contribua para que se extrapole a análise dos limites impostos ao atendimento familiar – sejam eles decorrentes dos processos proximais, das características da pessoa, do contexto (do micro ao macrosistema) ou do tempo –, e se reafirmem, sem que se perca a realidade de vista, as potencialidades desse mesmo atendimento, lançando um olhar cada vez mais propositivo ao que é possível ser feito.

Referências

Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Edições 70.

Brasil. (1990). *Estatuto da criança e do adolescente: Lei nº 8.069*. Brasília

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm

Brasil. (2012). Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo: Lei nº 12.594.

<http://www.conselhodacrianca.al.gov.br/sala-de-imprensa/publicacoes/sinase.pdf>

Bronfenbrenner, U. (2012). *Bioecologia do Desenvolvimento Humano: Tornando os Seres Humanos mais Humanos*. Artmed.

Cardoso, L. C., Féres-Carneiro, T., & Giovanetti, J. P. (2009). Um estudo fenomenológico sobre a vivência de família em uma comunidade popular. *Psicologia Ciência e Profissão*, 29(4), 780-795. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932009000400010&lng=pt&tlng=pt.

Carvalho, I. M. M. de, & Almeida, P. H. de. (2003). Família e proteção social. *São Paulo em Perspectiva*, 17(2), 109-122. <https://doi.org/10.1590/S0102-88392003000200012>

CONANDA (2006). *Resolução n.º 119 de 11 de dezembro de 2006*. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo e dá outras providências.

<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=104396>

Costa, F. A. de O., & Marra, M. M. (2013). Famílias brasileiras chefiadas por mulheres pobres e monoparentalidade feminina: Risco e proteção. *Revista Brasileira de Psicodrama*, 21(1), 141-153.

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-53932013000100011&lng=pt&tlng=pt.

Costa, L. F., & Penso, M. A. (2010). A dimensão clínica das intervenções psicossociais com adolescentes e famílias. In: M. M. Marra, & L. F. Costa (Eds.), *Temas da clínica do adolescente e da família*. (pp. 201-214). Ágora.

Costa, L. F., Penso, M. A., Junqueira, E. L., Meneses, F. F. F., Stroher, L. M. C., & Bravin, C. S. (2013). Atendimento às famílias e contexto de grande complexidade. In M. R. Seixas, & M. L. Dias (Eds.), *A violência Doméstica e a Cultura da Paz* (pp. 125-135). Roca.

Costa, L. F., Penso, M. A., Sudbrack, M. F. O., & Jacobina, O. M. P. (2011). Adolescente em conflito com a lei: O relatório psicossocial como ferramenta para promoção do desenvolvimento. *Psicologia em Estudo*, 16(3), 379-387.

<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722011000300005>

Cúnico, S. D., & Arpini, D. M. (2014). Família e monoparentalidade feminina sob a ótica de mulheres chefes de família. *Aletheia*, 43-44, 37-49.

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942014000100004&lng=pt.

De Antoni, C., & Koller, S. H. (2010). Uma família fisicamente violenta: Uma visão pela teoria bioecológica do desenvolvimento humano. *Temas em Psicologia*, 18(1), 17-30.

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2010000100003&lng=pt.

Distrito Federal. (2013). *Projeto político pedagógico nas medidas socioeducativas do Distrito Federal – Meio Aberto*. <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=104396>

Ferrari, R. (2009). Escutando famílias na rede pública: Uma experiência de supervisão institucional com a equipe do PAIF – Programa de Atenção Integral à Família dos CRAS1. *Revista da SPAGESP – Sociedade de Psicoterapias Analíticas Grupais do Estado de São Paulo*, 10(2), 33-40.

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702009000200005&lng=pt

Finkler, L., Santos, S. S., Obst, J., & Dell’Aglío, D. D. (2011). Crianças em situação de rua: A desproteção como forma de violência. In L. F. Habigzang, & S. H. Koller (Eds.), *Violência contra crianças e adolescentes. Teoria, pesquisa e prática* (pp. 159-175). Artmed.

Flick, U. (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa* (3 ed.). Artmed.

Furtado, H. P. P., & Braga, C. M. L. (2011). Programa escola de pais: Uma proposta de intervenção junto a pais de adolescentes institucionalizados. *Serviço Social em Revista*, 14(1), 145-172. <https://doi.org/10.5433/1679-4842.2011v14n1p145>

Gatti, B. A. (2005). *Grupo focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas*. Liber Livro.

Gomes, C. C., & Conceição, M. I. G. (2014). Sentidos da trajetória de vida para adolescentes em medida de liberdade assistida. *Psicologia em Estudo*, Maringá, 19(1), 47-58.

<https://doi.org/10.1590/1413-7372210860005>

Guimarães, F. L., Costa, L. F., Pessina, L. M., & Sudbrack, M. F. (2009). Famílias, adolescência e drogadição. In L. C. Osório, & M. E. P. Do Valle. *Manual de terapia familiar* (pp. 350-365). Artmed.

- Kind, L. (2004). Notas para o trabalho com a técnica de grupos focais. *Psicologia em Revista*, 10(15), 124-136. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702005000100010&lng=pt.
- Leme, V. B. R., Del Prette, Z. A. P., Koller, S. H., & Del Prette, A. (2016). Habilidades sociais e o modelo bioecológico do desenvolvimento humano: Análise e perspectivas. *Psicologia & Sociedade*, 28(1), 181-193. <https://doi.org/10.1590/1807-03102015aop001>.
- Leme, V. B. R., Del Prette, Z. A. P., & Coimbra, S. (2013). Práticas educativas parentais e habilidades sociais de adolescentes de diferentes configurações familiares. *Psico*, 44(4), 560-570.
- Lins, Z. M. B., Salomão, N. M. R., Lins, S. L. B., Féres-Carneiro, T., & Eberhardt, A. C. (2015). O papel dos pais e as influências externas na educação dos filhos. *Revista da SPAGESP*, 16(1), 43-59. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702015000100005&lng=pt.
- Lordello, S. R., & Lopes de Oliveira, M. C. S. (2012). Contribuições conceituais e metodológicas do modelo bioecológico para a compreensão do abuso sexual intrafamiliar. *Psico*, 43(2), 260-269. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5633161>
- Medeiros, F. C. de, & Paiva, I. L. de. (2015). A convivência familiar no processo socioeducativo de adolescentes em privação de liberdade. *Estudos & Pesquisas em Psicologia*, 15(2), 568-586. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812015000200008&lng=pt&tlng=pt.
- Mioto, R. C. (2010). Família, trabalho com famílias e Serviço Social. *Serviço Social em Revista*, 12(2), 163-176. <http://doi.org/10.5433/1679-4842.2010v12n2p163>

- Moraes, P. M. (2014). Arranjos familiares monoparentais e chefiados por mulheres: Pobreza e sobrecarga. *Anais do III Simpósio Gênero e Políticas Públicas*. ISSN 2177-8248. Universidade Estadual de Londrina, 27 a 29 de maio de 2014.
- Morais, N. A., Lima, R., & Fernandes, J. (2014). Adolescência e contexto familiar. In L.F. Habigzang; E. Diniz, & S. H. Koller (Eds.), *Trabalhando com adolescentes: teoria e intervenção psicológica* (pp. 101-117). Artmed.
- Nardi, F. L., & Dell'Aglio, D. D. (2012). Adolescentes em conflito com a lei: Percepções sobre a família. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 28(2), 181-191.
<https://doi.org/10.1590/S0102-37722012000200006>
- Prati, L. E., Couto, M. C. P. de P., Moura, A., Poletto, M., & Koller, S. H. (2007). Revisando a Inserção Ecológica: Uma Proposta de Sistematização. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 21(1), 160-169. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722008000100020>
- Pratta, E. M. M., & Santos, M. A. dos. (2007). Família e adolescência: A influência do contexto familiar no desenvolvimento psicológico de seus membros. *Psicologia em Estudo*, 12(2), 247-256. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722007000200005>
- Rodríguez, S. N., & Damásio, B. F. (2014). O desenvolvimento da identidade e sentido de vida na adolescência. In L.F. Habigzang; E. Diniz, & S. H. Koller (Eds.), *Trabalhando com adolescentes: teoria e intervenção psicológica* (pp. 30-41). Artmed.
- Rosa, E. M., & Tudge, J. (dez. 2013). Urie Bronfenbrenner's Theory of Human Development: Its Evolution From Ecology to Bioecology. *Journal of Family Theory & Review*, 4, 243-258. <https://doi.org/10.1111/jftr.12022>
- Santos, M. C. dos, & Böing, E. (2018). Modelo bioecológico do desenvolvimento humano na intervenção psicossocial com adolescentes em conflito com a lei. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 61, 100-119.
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-

78412018000200008&lng=pt&tlng=pt.

- Scheinvar, E. (2006). A família como dispositivo de privatização do social. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 58(1).
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672006000100006&lng=pt.
- Takashima, G. M. (2011). O desafio da política de atendimento à família: dar vida às leis – uma questão de postura. In *Família brasileira, a base de tudo* (pp. 77-92). Cortez.
- Teixeira, S. M. (2010). Trabalho social com famílias na Política de Assistência Social: Elementos para sua reconstrução em bases críticas. *Serviço Social em Revista*, 13(1), 4-23. <http://dx.doi.org/10.5433/1679-4842.2010v13n1p4>
- Teixeira, S. M., & Oliveira, T. de V. (2018). Responsabilização da família e retração estatal: Uma tendência à (des) proteção? *Praia Vermelha: estudos de política e teoria social*, 28(1), 309-336.
- Trad, L. A. B. (2009). Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisas de saúde. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, 19(3), 777-796. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312009000300013>
- Tudge, J. (2008). A teoria de Urie Bronfenbrenner: uma teoria contextualista? In Moreira, L. V. C., & Carvalho, A. M. A. (Eds.), *Família e educação: Olhares da psicologia* (pp. 209-231). Paulinas.
- Tudge, J., & Rosa, E. M. (2020). Bronfenbrenner's Ecological Theory. *The Encyclopedia of Child and Adolescent Development*, 1-11. <https://doi.org/10.1002/9781119171492.wecad251>.
- Wagner, A., & Levandowski, D. C. (2008). Sentir-se bem em família: Um desafio frente à diversidade. *Revista Textos & Contextos*, 7(1), 88-97.
<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/3940>

Considerações Finais da Dissertação

A realização desta pesquisa teve como objetivo investigar o atendimento familiar na perspectiva de profissionais que atuam na medida de liberdade assistida, no Distrito Federal. Antes de iniciar a coleta de dados empíricos, buscou-se fundamentação teórica, por meio de uma revisão integrativa da literatura nacional, sobre o tema das famílias e do atendimento familiar, no contexto das medidas socioeducativas em meio aberto.

Ao compreender que as famílias podem representar tanto fatores de risco quanto fatores de proteção, influenciando tanto negativa quanto positivamente o desenvolvimento dos adolescentes, a literatura destaca a necessidade das políticas públicas como forma de apoio às famílias, no exercício de sua função protetiva. A compreensão das fragilidades das famílias e de sua necessidade de apoio, no entanto, não impede o reconhecimento da importância de uma atuação em parceria e de forma corresponsável com os equipamentos do Estado, no processo ressocializador do adolescente, com vistas ao alcance pleno dos objetivos das medidas.

Ainda que alguns estudos (Jacobina & Costa, 2011; Souza & Costa, 2013) tenham apontado críticas à forma como, por vezes, se realiza o atendimento familiar, foi possível encontrar na literatura alguns relatos de experiências exitosas (Passamani & Rosa, 2009; Carlos & Zaniolo, 2010). De acordo com esses relatos, o atendimento às famílias pode contribuir para o fortalecimento dos vínculos, o empoderamento dos sujeitos e a melhora na qualidade das relações familiares.

O embasamento teórico obtido por meio da revisão integrativa da literatura no primeiro manuscrito permitiu aprimorar a construção dos objetivos que nortearam o segundo e o terceiro estudos desta pesquisa. No segundo manuscrito, os dados foram obtidos por meio de um formulário eletrônico de coleta de respostas, disponibilizado aos profissionais que executam a medida socioeducativa de liberdade assistida no Distrito Federal, com o propósito de caracterizar o atendimento familiar, com base nas percepções desses profissionais. Foi

fundamental analisar os resultados do segundo manuscrito, pois permitiram um aprimoramento dos disparadores do grupo focal no terceiro estudo. Além da vantagem de evitar questões sobrepostas, o instrumento do grupo focal foi potencializado pelas descobertas da pesquisadora a respeito de detalhes do atendimento familiar, já mencionadas no estudo 2. É interessante, em termos processuais, como o formato de artigos permite que cada etapa aprimore objetivos e procedimentos do estudo subsequente. É válido ressaltar que, em ambas as etapas de coleta de dados empíricos, os sujeitos da pesquisa manifestaram o reconhecimento da importância da participação das famílias para o êxito das medidas.

Conforme relatos dos participantes, as estratégias comumente utilizadas são: atendimento por família, com ou sem a presença do adolescente; atendimento com grupos de famílias; visita domiciliar. No início do atendimento, procede-se à elaboração do Plano Individual de Atendimento – PIA, de forma conjunta entre os profissionais, o adolescente e os pais ou responsável, a fim de nortear a execução da medida socioeducativa por meio do estabelecimento de metas nas mais diversas áreas (escolarização, saúde, relacionamento familiar etc).

A literatura sugere que se dê preferência ao atendimento em grupo, por meio de metodologias participativas, de ações planejadas e pautadas na criação de um protocolo de atendimento (Costa et al., 2013; Polejack & Seidl, 2015), o que nem sempre foi possível observar nos relatos dos participantes. Para Costa (2011), o trabalho com Grupo Multifamiliar pode favorecer a aproximação afetiva e as mudanças nas relações familiares.

Ao tratar das dificuldades relativas ao atendimento familiar no contexto da medida de liberdade assistida no Distrito Federal, foram destacados desafios que perpassam os diversos contextos e que vão do micro ao macrosistema. Falta de recursos materiais para realização das atividades; precariedade do espaço físico em que o serviço é ofertado; dificuldade das famílias para se deslocarem até o local de atendimento; o desafio da equipe em transformar a

determinação judicial em uma demanda psicossocial e violência macroestrutural são algumas das dificuldades mencionadas. Vale lembrar, no entanto, que, em se tratando de intervenções psicossociais, cujo público-alvo são pessoas em vulnerabilidade, esses elementos não são incomuns. De acordo com Costa et al. (2013), as famílias atendidas se caracterizam por múltiplas carências e sofrem com problemas e violações que se sobrepõem. Conflitos familiares, questões de saúde, falta de diálogo em casa, violência doméstica, sobrecarga das mães, especialmente nas famílias monoparentais chefiadas por mulheres, dificuldade de ordem socioeconômica, descrença das famílias em relação aos serviços ofertados pelo Estado, rede de serviços deficitária, relatados pelos profissionais como desafios do atendimento familiar, são exemplos de elementos presentes nas famílias em situação de vulnerabilidade e de elementos presentes no deficitário contexto das políticas públicas. Assim como nas demais intervenções de cunho psicossocial, o atendimento familiar no contexto socioeducativo requer flexibilidade: o espaço de atendimento, o grupo atendido, a demanda, a periodicidade dos encontros, o conteúdo abordado requerem adaptações, de modo a se ajustar à realidade.

Cruz, Welzbacher et al., (2010) criticam a falta de políticas sociais consistentes de apoio à família, assim como a falta de programas específicos de orientação familiar, ao passo em que Teixeira (2010) sugere a superação dos atendimentos ofertados às famílias na condição de ações apenas pontuais ou emergenciais, segmentadas e descontínuas. A autora propõe, em vez disso, que eles sejam planejados, sistemáticos e contínuos. Infere-se, a partir tanto dos dados trazidos pela literatura quanto pela fala dos sujeitos da pesquisa, que a ineficiência da rede socioassistencial termine por gerar uma sobrecarga ao sistema socioeducativo, o que não isenta os profissionais da necessidade de planejamento das ações desenvolvidas.

Além dos desafios mencionados pelos participantes da pesquisa e da complexidade inerente ao atendimento familiar e à identidade profissional no contexto socioeducativo, os dados da pesquisa apontaram para a sobrecarga do profissional, diante das expectativas e da

carga aflitiva das famílias. Seria interessante avaliar se, na ânsia por aliviar a carga de sofrimento das famílias, os profissionais não terminam por extrapolar as suas funções, sob pena de se perder de vista um dos objetivos da medida, que é a responsabilização do adolescente pelo ato praticado. Os dados também sugeriram que as situações que requerem a mediação de possíveis conflitos durante os atendimentos familiares podem despertar dúvidas no profissional quanto à melhor forma de intervir.

Infere-se que, em decorrência de uma formação que pode não ter contemplado uma discussão sobre a identidade das intervenções psicossociais e sobre a própria identidade profissional, várias dificuldades já esperadas nesse tipo de intervenção tenham sido consideradas pelos profissionais como desafiadoras. De acordo com Costa et al. (2013), as intervenções voltadas às famílias em situação de vulnerabilidade devem levar em conta o contexto em que estas famílias estão inseridas, ou seja, devem considerar tanto as questões subjetivas quanto as questões da realidade social. Cabe ao profissional, portanto, oferecer uma escuta atenta às manifestações afetivas e emocionais das famílias, lembrando que: nem sempre a demanda virá explícita e bem formulada; há famílias que podem apresentar, além de carências múltiplas, situação de dependência institucional.

Costa et al. (2013) destacam ainda que as situações de sofrimento, por vezes, podem exceder a capacidade do profissional de compreensão e aceitação. Por esta razão, requer-se, além de formação cuidadosa e de qualificação continuada, uma reflexão profunda e constante sobre a própria prática. Sugere-se, portanto, aos gestores do sistema socioeducativo que considerem a necessidade de oferta de qualificação constante aos profissionais responsáveis pelo atendimento às famílias, assim como a oferta sistemática de supervisão institucional, ocasião em que os profissionais poderão também verbalizar as suas angústias, planejar ações, bem como refletir sobre a própria prática e a identidade profissional, tudo isso aliado a condições de trabalho minimamente adequadas, com vistas a zelar pela saúde do profissional

e pela eficácia do serviço prestado aos adolescentes e às famílias. Os profissionais, a seu turno, também podem buscar qualificação com vistas a aprimorar a própria prática, de modo a não depender exclusivamente das ações do Estado.

Quanto às potencialidades do atendimento familiar, os participantes da pesquisa relataram uma maior adesão dos adolescentes ao cumprimento da medida, quando estes percebem que as famílias demonstram interesse e participam ativamente da experiência socioeducativa. O atendimento familiar, ao se configurar enquanto espaço de diálogo e reflexão, de orientação e intervenção, pode contribuir, conforme já mencionado, para o fortalecimento dos vínculos, a mediação de conflitos e a reconfiguração das relações familiares, evidenciando que em alguns casos o profissional praticamente se constitui uma ponte, um ponto de conexão entre os adolescentes e os pais ou responsável. A oferta de uma escuta empática e sem julgamento possibilita que as pessoas atendidas verbalizem suas angústias e sofrimentos, caracterizando o espaço da GEAMA como um espaço de pertencimento às famílias atendidas. Na interação com outras famílias, elas podem discutir entre si soluções para as dificuldades enfrentadas no cotidiano.

Os pressupostos da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano – TBDH, ao trazerem uma compreensão sistêmica dos fenômenos, contribuem para que o adolescente, as famílias, os profissionais e o próprio atendimento familiar sejam compreendidos na imbricada teia de relações que os envolve. O atendimento familiar não se dá no vazio: é preciso considerá-lo situado no tempo e no espaço. Tanto os profissionais que realizam os atendimentos, quanto os adolescentes e seus familiares influenciam o meio em que vivem e são por ele influenciados. Valores e crenças presentes no âmbito do que a TBDH denomina de macrossistema, permeiam as relações estabelecidas e os atendimentos familiares estão, portanto, sujeitos às influências do contexto histórico vivido (Bronfenbrenner, 2012). À luz da TBDH, foi possível, para além de compreender que os fenômenos são multideterminados e interdependentes, inferir que os

processos proximais (Bronfenbrenner, 2012) advindos das interações envolvendo os profissionais, os familiares e o próprio adolescente possam atuar como promotores de desenvolvimento, na medida em que provoquem mudanças e estabilidades capazes de reverberar tanto na melhora da qualidade das relações quanto nas próprias condições de vida das pessoas envolvidas, a despeito das dificuldades e até mesmo das incertezas relatadas pelos profissionais.

Como relevância científica desta pesquisa, destaca-se o fato de trazer visibilidade a uma temática, por vezes, pouco abordada na literatura, convocando a todos para um pensar sistêmico. Como relevância social, tem-se a possibilidade de se oportunizar um espaço de escuta aos profissionais, assim como fomentar discussões capazes de subsidiar tomadas de decisão no âmbito das políticas públicas, com vistas à qualificação do serviço ofertado, contribuindo para aproximações sucessivas entre teoria e prática.

Longe de esgotar o assunto, este estudo abre espaço para novas pesquisas sobre o tema, seja investigando o que pensam os próprios familiares sobre o atendimento que lhes é ofertado, seja investigando experiências exitosas no âmbito das medidas em meio aberto no Brasil, seja propondo e avaliando estratégias de intervenção capazes de aproximar as famílias do processo socioeducativo.

Referências

- Bronfenbrenner, U. (2012). *Bioecologia do Desenvolvimento Humano: Tornando os Seres Humanos mais Humanos*. Artmed.
- Carlos, F. de, & Zaniolo, L. O. (2010). Intervenções psicológicas no sistema familiar de adolescentes em liberdade assistida: Relatos de experiência. *Revista de Ciências Humanas*, 44(2), 451-464. <https://doi.org/10.5007/2178-4582.2010v44n2p451>
- Costa, L. F. (2011). Participação de famílias no Grupo Multifamiliar de adolescentes ofensores sexuais: Vergonha e confiança. *Psicologia Clínica*, 23(1).

<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-56652011000100012>.

Costa, L. F., Penso, M. A., Junqueira, E. L., Meneses, F. F. F., Stroher, L. M. C., & Bravin, C.S. (2013). Atendimento às famílias e contexto de grande complexidade. In M. R. Seixas, & M. L. Dias (Eds.), *A violência Doméstica e a Cultura da Paz* (pp. 125-135). Roca.

Cruz, L. R. da, Welzbacher, A. I., Freitas, C. L. S. de, Costa, L. X. S. da, & Lorini, R. A. (2010). Medidas socioeducativas em meio aberto no município de Santa Cruz do Sul/RS: Entre as diretrizes legais e as políticas sociais públicas. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 5(1), 112-119. <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-617534>

Jacobina, O. M. P., & Costa, L. F. (2011). Da medida protetiva à socioeducativa: O registro da (des)proteção. *Revista Psicologia Política*, 11(21), 123-139.
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2011000100010&lng=pt&tlng=pt.

Passamani, M. E., & Rosa, E. M. (2009). Conhecendo um programa de liberdade assistida pela percepção de seus operadores. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 29(2), 330-345.
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932009000200010

Polejack, L., & Seidl, E. M. F. (2015). Oficinas baseadas em metodologias participativas. *Prevenção e promoção em saúde mental: fundamentos, planejamento e estratégias de intervenção* (pp. 264-283). Editora Sinopsys.

Souza, L. A. de, & Costa, L. F. (2013). A significação das medidas socioeducativas para as famílias de adolescentes privados de liberdade. *Psico-USF*, 18(2), 277-287.
<https://doi.org/10.1590/S1413-82712013000200011>

Teixeira, S. M. (2010). Trabalho social com famílias na Política de Assistência Social: Elementos para sua reconstrução em bases críticas. *Serviço Social em Revista*, 13(1), 4-23. <http://dx.doi.org/10.5433/1679-4842.2010v13n1p4>

Anexo A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa “*Atendimento familiar no sistema socioeducativo: percepções de profissionais que atuam em liberdade assistida*”, de responsabilidade da pesquisadora Luciana Maria Damasceno, aluna de mestrado no Departamento de Psicologia Clínica e Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura – PPGPsiCC da Universidade de Brasília, realizado sob orientação da Prof^a Dr^a Silvia Renata Magalhães Lordello Borba Santos.

O objetivo desta pesquisa é investigar as percepções de profissionais que atuam em Liberdade Assistida no Distrito Federal acerca do atendimento familiar. Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo(a). Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como questionário e gravação de áudio, ficarão sob a guarda da pesquisadora responsável pela pesquisa.

A coleta de dados será realizada nesta etapa por meio da realização de um grupo focal. É para este procedimento que você está sendo convidado(a) a participar e sua participação na pesquisa não implica em nenhum risco.

Espera-se com esta pesquisa dar voz aos operadores do sistema socioeducativo por meio da discussão sobre o atendimento familiar – as estratégias de intervenção que utilizam, as dificuldades relatadas e as potencialidades vislumbradas na própria prática –, bem como a valorização do profissional executor de políticas públicas.

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone (61) xxxxx-xxxx ou pelo e-mail lucianamariapedagoga@gmail.com.

A equipe de pesquisa garante que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio da realização de uma roda de conversa, bem como pelo envio de relatório de pesquisa, podendo ser publicados posteriormente na comunidade científica.

Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília - CEP/IH. As informações com relação à assinatura do TCLE ou os direitos do sujeito da pesquisa podem ser obtidos através do e-mail do CEP/IH cep_ih@unb.br.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com a pesquisadora responsável pela pesquisa e a outra com o(a) senhor(a).

Assinatura do(a) participante

Assinatura da pesquisadora

Brasília, ____ de _____ de _____.

Anexo B – Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa

UNB - INSTITUTO DE
CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS DA UNIVERSIDADE



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O ATENDIMENTO FAMILIAR NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO: PERCEPÇÕES DOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM EM LIBERDADE ASSISTIDA

Pesquisador: LUCIANA MARIA DAMASCENO

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 04336818.0.0000.5540

Instituição Proponente: Instituto de Psicologia - UNB

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.222.774

Apresentação do Projeto:

Resumo:

O tema do presente estudo é o atendimento familiar na perspectiva dos profissionais que executam a medida socioeducativa de liberdade assistida no Distrito Federal. O objetivo geral é investigar as percepções destes profissionais acerca do atendimento familiar e os objetivos específicos são:

investigar as estratégias de intervenção utilizadas no atendimento às famílias, bem como examinar as dificuldades e as potencialidades do atendimento familiar relatadas pelos profissionais. Pretende-se disponibilizar um questionário online para fim de coleta inicial sobre o assunto. Em seguida, prevê-se a realização de um grupo focal com aproximadamente 06 (seis) participantes, sendo estes profissionais que atuam no âmbito da medida socioeducativa de liberdade assistida. Para análise dos dados, pretende-se empregar a técnica de análise de conteúdo (Bardin, 1977).

Espera-se compreender o modo como os profissionais descrevem o atendimento familiar no sistema socioeducativo em meio aberto.

Desenho:

Trata-se de um estudo exploratório, com uma abordagem qualitativa, realizada por meio da disponibilização de questionário online, com a expectativa de um mínimo de 15 (quinze) questionários respondidos e a realização de um grupo focal com aproximadamente 6 (seis)

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT 03/1 (Ao lado da Direção)

Bairro: ASA NORTE

CEP: 70.910-900

UF: DF

Município: BRASÍLIA

Telefone: (61)3107-1592

E-mail: cep_chs@unb.br

UNB - INSTITUTO DE
CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS DA UNIVERSIDADE



Continuação do Parecer: 3.222.774

participantes, contando-se com a adesão voluntária de pessoas interessadas em participar da pesquisa. Os participantes serão profissionais que atuam diretamente no atendimento socioeducativo em meio aberto no Distrito Federal e o objetivo geral é investigar as percepções desses profissionais acerca do atendimento familiar no sistema socioeducativo. Para análise dos dados coletados, será empregada a técnica de análise de conteúdo.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Investigar as percepções dos profissionais que atuam em Liberdade Assistida no Distrito Federal acerca do atendimento familiar.

Objetivos Secundários:

(a) Investigar as estratégias de intervenção utilizadas pelos profissionais no atendimento às famílias. (b) Examinar as dificuldades e potencialidades dos atendimentos familiares, na perspectiva dos profissionais que executam a medida de Liberdade Assistida no Distrito Federal

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Acredita-se que o presente estudo ofereça risco mínimo às pessoas envolvidas.

Benefícios:

Além da produção de conhecimento sobre o assunto, o que pode subsidiar decisões futuras no que concerne à execução da política de atendimento socioeducativo e à elaboração de novas práticas sobre o atendimento familiar, prevê-se como benefício desta pesquisa a possibilidade de valorização do profissional executor das medidas socioeducativas em meio aberto, ao dar voz aos profissionais operadores do sistema por meio da discussão das estratégias de intervenção que utilizam, das dificuldades relatadas e das potencialidades vislumbradas na própria prática.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto de pesquisa está adequado às exigências das Resoluções CNS 466/2012, 510/2016 e complementares.

Não parece haver riscos significativos na pesquisa, em especial porque não participarão dela

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT 03/1 (Ao lado da Direção)
Bairro: ASA NORTE **CEP:** 70.910-900
UF: DF **Município:** BRASÍLIA
Telefone: (61)3107-1592 **E-mail:** cep_chs@unb.br

**UNB - INSTITUTO DE
CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS DA UNIVERSIDADE**



Continuação do Parecer: 3.222.774

peças em condições de vulnerabilidade (como presos ou menores de idade). As pessoas que serão submetidas ao questionário serão os profissionais que trabalham com profissionais responsáveis pelos atendimentos a famílias de pessoas submetidas a medidas socioeducativas (como pedagogos, psicólogos e assistentes sociais), o que significa que serão pessoas dotadas de alto nível educacional, capazes de compreender eventuais riscos da pesquisa. Estas serão as pessoas pesquisadas, tanto nos formulários online quanto nas dinâmicas presenciais. Não vislumbro pendências ou óbices que impeçam a aprovação do projeto.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os pesquisadores anexaram todos os termos de apresentação obrigatória, tais como projeto detalhado, TCLE, termo de autorização de imagem, som e voz, cronograma.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Este projeto foi aprovado pelo CEP/CHS.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1259676.pdf	08/12/2018 10:57:38		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_detalhado_Damasceno.pdf	08/12/2018 10:47:54	LUCIANA MARIA DAMASCENO	Aceito
Cronograma	Cronograma_Damasceno.pdf	08/12/2018 09:21:35	LUCIANA MARIA DAMASCENO	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto_Damasceno.pdf	04/12/2018 23:19:24	LUCIANA MARIA DAMASCENO	Aceito
Outros	Aceite_institucional_Damasceno.pdf	04/12/2018 23:14:50	LUCIANA MARIA DAMASCENO	Aceito
Outros	Carta_de_revisao_etica_Damasceno.pdf	18/11/2018 21:07:25	LUCIANA MARIA DAMASCENO	Aceito
Outros	Instrumentoroteiro_grupo_focal_Damasceno.pdf	18/11/2018 20:06:55	LUCIANA MARIA DAMASCENO	Aceito
Outros	Instrumento_questionario_online_Damasceno.pdf	18/11/2018 20:05:17	LUCIANA MARIA DAMASCENO	Aceito
Outros	Termo_de_autorizacao_para_utilizacao_de_som_de_voz_Damasceno.pdf	18/11/2018 19:55:59	LUCIANA MARIA DAMASCENO	Aceito

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT 03/1 (Ao lado da Direção)
Bairro: ASA NORTE **CEP:** 70.910-900
UF: DF **Município:** BRASÍLIA
Telefone: (61)3107-1592 **E-mail:** cep_chs@unb.br

UNB - INSTITUTO DE
CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS DA UNIVERSIDADE



Continuação do Parecer: 3.222.774

TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_de_consentimento_livre_e_esclarecido_Damasceno.pdf	18/11/2018 19:52:51	LUCIANA MARIA DAMASCENO	Aceito
Outros	Lattes_Damasceno.pdf	18/11/2018 19:51:54	LUCIANA MARIA DAMASCENO	Aceito
Outros	Carta_de_encaminhamento_Damasceno.pdf	18/11/2018 19:45:27	LUCIANA MARIA DAMASCENO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

BRASILIA, 26 de Março de 2019

Assinado por:
Érica Quinaglia Silva
(Coordenador(a))

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT 03/1 (Ao lado da Direção)
Bairro: ASA NORTE **CEP:** 70.910-900
UF: DF **Município:** BRASILIA
Telefone: (61)3107-1592 **E-mail:** cep_chs@unb.br

Anexo C – Questões norteadoras do grupo focal

-
- Questão 1** Como vocês descrevem o atendimento às famílias no âmbito da medida socioeducativa de liberdade assistida?
-
- Questão 2** Quais são as estratégias de intervenção mais utilizadas pela equipe de profissionais na realização dos atendimentos familiares?
-
- Questão 3** Quais são as demandas mais comumente apresentadas pelas famílias?
-
- Questão 4** Que tipo de dificuldades/desafios são enfrentadas(os) na realização dos atendimentos familiares?
-
- Questão 5** Quais potencialidades é possível vislumbrar em relação aos atendimentos familiares na liberdade assistida?
-
- Questão 6** Há mais alguma colocação a ser feita que vocês julguem importante e que não tenha sido contemplada nas questões anteriores?
-